



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

**RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
(CONSEPE) N.º 30/2013**

Dispõe sobre a criação do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Segurança Pública: Teoria e Prática no Gerenciamento da Polícia Comunitária no Estado do Tocantins (*Campus* de Araguaína).

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, da Universidade Federal do Tocantins – UFT, reunido em sessão ordinária no dia 12 de dezembro de 2013, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a criação do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Segurança Pública: Teoria e Prática no Gerenciamento da Polícia Comunitária no Estado do Tocantins (*Campus* de Araguaína), conforme projeto em anexo.

Art. 2º Fica revogada a Resolução Consepe n.º 15/2007.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas, 12 de dezembro de 2013.

Prof. Márcio Silveira
Presidente



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Anexo à Resolução n.º 30/2013 do Consepe.

Projeto Básico do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Segurança Pública

1. Título do Projeto

Segurança Pública: Teoria e Prática no Gerenciamento da Polícia Comunitária no Estado do Tocantins.

1.1. Identificação do Curso

Unidade ou Órgão responsável pelo desenvolvimento do projeto: Universidade Federal do Tocantins - UFT

Unid./Órgão Executor: Campus Universitário de Araguaína História– NUPEV/UFT

Coordenador (a) do Projeto: Prof. Dr. Dimas José Batista

Fone/E-mail do Coordenador:

(63) 2112-2223/ (63) 3414-5085/ 8100-0201 – dimas@uft.edu.br, dimasjd@yahoo.com.br

Prazo de Vigência:

Início: Dez/2013

Término das disciplinas: Dez/2014

Partícipes do Projeto

Concedente: PRONASCI/SENASP/RENAESP

Convenente: Universidade Federal do Tocantins/UFT

Executor: História/NUPEV/UFT

Duração: 1 (um) ano

Carga Horária: Total: 360 h/a

Modalidade: Curso de pós-graduação *Lato Sensu* (presencial)

Número de vagas: 40

Público Alvo: policiais civis, policiais militares, bombeiros militares, profissionais de perícia forense e guardas municipais.

2. Diagnóstico (antecedentes ou históricos)

2.1. Histórico Institucional

A Universidade Federal do Tocantins/UFT é bastante jovem e está em processo de estruturação. Possui 8.121 alunos; 450 professores, sendo 162 mestres e 92 doutores, 25 cursos nas áreas de Administração, Agronomia, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Ciência da Computação, Ciências Econômicas, Comunicação Social, Direito, Engenharia de Alimentos, Engenharia Ambiental, Geografia, História, Letras, Matemática, Medicina, Medicina Veterinária, Zootecnia e Pedagogia. Os cursos estão distribuídos em 7 (sete) cidades do Estado, a saber: Araguaína, Arraias, Gurupí, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis. A proposta de instauração do processo Estatuinte na Universidade aponta para um dos grandes desafios da IES, aprofundando temas relevantes para a sociedade tocantinense e brasileira como a desigualdade racial, econômica, regional e social – bem como a área de segurança pública – temas que estão na pauta de discussões internas da universidade que devem se estender à toda a sociedade no Estado.

Segundo o censo do IBGE (2010), a população tocantinense totaliza 1.383.445 habitantes. Os dados médios dos censos do IBGE revelaram que 657.539 se declararam de cor parda (56,8%), 387.354 se declararam brancos (33,4%), 87.790 se declararam pretos e 7.500 se declararam indígenas (0,6%). A Comissão Especial para a Promoção de Políticas de Igualdade Racial da UFT, busca sensibilizar a comunidade acadêmica para a necessidade de pensar mecanismos de acesso e permanência na Universidade, sob a ótica da diversidade, já que pesquisas recentes tem demonstrado, o diminuto percentual de negros e indígenas nas universidades brasileiras e, por outro lado, sua maciça presença no sistema prisional nacional, regional e local. Esse fato já indica a necessidade de intervenção dos órgãos públicos.

A Universidade Federal do Tocantins, através da Pró-Reitoria de Extensão – PROEX tem desenvolvido ações fundamentais para a promoção da dignidade e dos direitos humanos. A PROEX criada em setembro de 2003, coordena as atividades de extensão universitária dos diversos setores da universidade, apoiando programas, projetos e ações nestas áreas. A PROEX sistematiza seu trabalho de acordo com as diretrizes do Plano Nacional de Extensão, formulado em conjunto com as universidades públicas do Brasil, e está dividida em diretorias, que atuam em diferentes campos ligados aos direitos humanos e promoção da igualdade e garantia da cidadania no âmbito da universidade em sintonia com a sociedade tocantinense. As diretorias que compõem a pró-reitoria de extensão são as de: Ação Comunitária, Arte e Cultura, Assuntos Estudantis, Projetos de Extensão, Igualdade Racial, Direitos Humanos e Administração. Todas direta e indiretamente tem como missão fundamental a defesa de uma política de promoção de direitos, garantia da igualdade social e integração entre a universidade e a sociedade civil.

Desde sua criação as Pró-reitorias têm desenvolvido e estimulado ações, sempre por meio de editais públicos de valorização da pessoa humana e da juventude na Universidade proporcionando condições para que a comunidade tenha acesso às informações científicas, tecnológicas e culturais, cooperando com a construção de novos conhecimentos e na integração da universidade com a sociedade araguainense e tocantinense em geral. Desenvolve uma política de igualdade racial para grupos “minoritários” e vulneráveis negros e indígenas como fóruns de debate, criação de núcleos, programas de cotas e de alfabetização de adultos na Diretoria de Ação Comunitária bem como lança, periodicamente, editais de isenção de taxas de ingresso nos programas de vestibulares da universidade.

Na Diretoria de Arte e Cultura desenvolve atividades tais como a promoção de ações artísticas e estéticas experimentais como o Corredor Cultural, o Projeto Salas Integradas e o estímulo às produções teatrais para os jovens universitários aprimorando o senso artístico e estético dos universitários. A título de exemplo note-se a operosidade da Diretoria de Igualdade Racial que apresentou relatório de suas atividades realizadas entre 2004 e 2006, neste relatório podemos observar claramente as vinculações entre as políticas da SEDH e a PROEX.

A presidência desta Comissão foi designada à Profa. Ana Lúcia Pereira, Diretora de Ação Comunitária da Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários que recebeu a incumbência de formar uma equipe afinada com o tema, sensível às reivindicações do movimento negro e indígena, e disposta a elaborar propostas exequíveis para a comunidade acadêmica. A sessão solene que instituiu a Comissão foi uma audiência solicitada pelas lideranças indígenas das nações/etnias: Apinajé, Krahô, Karajá, Javaé e Xerente, com o objetivo de entregar ao Magnífico Reitor, a Carta dos Povos Indígenas contendo uma pauta de reivindicações dos indígenas nas decisões da UFT: garantia de moradia para os estudantes indígenas, tanto na sua concepção como na sua execução; formação de professores indígenas e elaboração de material didático, junto à Secretaria de Estado da Educação e Cultura do Tocantins; garantia de acesso à Universidade (organização de cursinho pré-vestibular; reserva de 0,5% de cotas e elaboração de prova específica no vestibular); Projeto para equipar as escolas indígenas; criação de cursos de graduação para serem ministrados nas áreas indígenas, dentre outras ações institucionais ligadas à garantia dos direitos humanos, formação e valorização da dignidade humana.

A Universidade, como centro dinâmico e socialmente atuante no incansável esforço de criação, aprimoramento e difusão do conhecimento humano não pode se furtar a criar e promover em todos os seus cursos a infraestrutura mínima necessária e o fomento às atividades de ensino, pesquisa e extensão, de tal forma que proporcione, especialmente, aos alunos uma formação profissional cidadã e de qualidade. Neste sentido, o Curso de Licenciatura e bacharelado em História do Campus de Araguaína, mantém um contínuo esforço em promover as ações necessárias de fortalecimento e desenvolvimento da UFT e sua conexão com a sociedade tocantinense. Visando esse propósito foi criado o Núcleo de Estudos e Pesquisas da Violência – NUPEV/UFT, como um órgão de estudos e pesquisas, teóricas e práticas, multi e interdisciplinar; dos fenômenos violentos praticados pelo e contra o Estado e pela e contra a sociedade civil, pelos indivíduos e/ou pela coletividade no seio da sociedade brasileira, tocantinense e araguainense.

Assim, a natureza, a constituição e as finalidades do NUPEV estão intrinsecamente vinculadas às atividades essenciais de pesquisa, ensino e extensão da UFT. A partir da atuação do NUPEV a Universidade – Campus de Araguaína já ofertou e concluiu duas edições do curso de Pós-graduação Lato Sensu em segurança pública intitulado **“Segurança Pública: Teoria e Prática no Gerenciamento da Polícia Comunitária no Estado do Tocantins”**.

A caracterização do sistema prisional e da população carcerária no Estado do Tocantins nos auxilia a contextualizar a proposta bem como explicita os principais tipos de delitos praticados no Estado. Auxilia-nos ainda a traçar um perfil sintomático das práticas criminais que evidencia como já apontamos, um quadro criminológico voltado para o dano

patrimonial. Isso não significa dizer que os dados colhidos no sitio do INFOPEN não apresentem um elevado índice de praticas criminal contra a segurança da pessoa e da vida.

Os dados apresentados em junho de 2008, pela Secretaria de Segurança Pública do Estado, mostram que: há poucos estabelecimentos prisionais (19 estabelecimentos); a maioria dos presos cumprem pena em regime fechado (669 homens e 17 mulheres) e estão em prisão provisória (572 homens e 43 mulheres); a maioria quase absoluta é composta por homens se considerarmos todas as modalidades de regimes de cumprimento de pena (provisória, em regime fechado, semiaberto, aberto medida de segurança-internação, medida de segurança-tratamento ambulatorial), destacam na prática de crimes os homens das faixas etárias entre 18 e 40 anos.

Nota-se neste sucinto perfil que os presos cursaram apenas o Ensino Fundamental incompleto (636 homens e 32 mulheres). Verifica-se pelos dados do ano de 2008 que a grande maioria cumpre pena de 4 a 20 anos de prisão e que é negra ou parda.

Primeiro considerando que a população do Estado cresceu e que as práticas criminais se diversificaram no estado ao longo do período de 2008 e 2011, pode-se dizer que o Estado do Tocantins não pode ser denominado um estado perigoso, violento e/ou de índices alarmantes de crimes contra a vida e segurança da pessoa. Porque a maioria dos crimes pelos quais os apenados cumprem pena no Estado em 2008 é de crimes contra o patrimônio (furto qualificado (154 homens e 2 mulheres); simples (148 homens e 8 mulheres); Roubo qualificado (232 homens e 1 mulher); Receptação (26 homens e 1 mulher); Roubo simples (114 homens e 2 mulheres) quando comparamos com os crimes contra vida e a segurança da pessoa. Portanto, para que isso nem chegue a ocorrer nada mais saudável do que prevenção. Os dados colhidos respondem pelo período de 2008 e traçam um perfil de uma sociedade proativa e preventiva. (Ver Apêndice C)

Destaca-se assim a necessidade de preparação e qualificação dos policiais para atuar em situações de baixo impacto e em situações de criminalidade de baixo potencial ofensivo em cooperação com a sociedade e as comunidades: a implementação do policiamento ciclístico comunitário, de rondas a pé; de campanhas e ações preventivas que colham informações e se reúnam com a comunidade para obter informações sobre suas demandas, e particularmente tornando mais especifica a ação de combate à criminalidade por zoneamento, enfim, buscando estratégias de aproximação polícia-comunidade-universidade, como estamos demonstrando em toda a proposta.

3. Justificativa

O curso de Pós-graduação *Lato Sensu* “Segurança Pública: Teoria e Prática no Gerenciamento da Policia Comunitária no Estado do Tocantins” apresenta-se como uma oportunidade adequada de capacitação e aprimoramento das competências e habilidades dos operadores da segurança pública para atuar na prevenção do crime e a criminalidade.

Segundo Paulo de Mesquita Neto, o “*policiamento comunitário é uma filosofia de policiamento que ganhou força nas décadas de 70 e 80, quando as organizações policiais em diversos países da América (...) e da Europa Ocidental começaram a promover uma série de inovações na sua estrutura e funcionamento e na forma de lidar com o problema da criminalidade.*” (NETO, 2004:103) Neste sentido, o curso de pós-graduação ao capacitar os

operadores da justiça – policiais civis, policiais militares, bombeiros militares, profissionais de perícia forense e guardas municipais – promoverá o desenvolvimento de concepções, atitudes e procedimentos mais integrados com a comunidade e a sociedade em que trabalham, ou seja, otimizando um combate proativo, preventivo, efetivo e produtivo da criminalidade constatada na localidade e região.

Conforme os dados coletados no sitio do INFOPEN e junto ao 2ª BPM¹ do município de Araguaína, os índices de criminalidade violenta no Estado do Tocantins não sejam alarmantes. E, para isso não venha ocorrer, é recomendável que haja um entrosamento cada vez maior entre os órgãos de segurança, seus agentes e a população. E a filosofia da policia comunitária, como um novo modelo de gestão policial, apresenta-se como adequada para preparar e aprimorar os conhecimentos e habilidades dos operadores de segurança no Estado. Portanto, pode-se dizer que esse modelo gerencial de policiamento melhora e amplia os níveis de crédito e confiança no sistema policial por parte da população estimulando-a auxiliar a policia no combate à criminalidade.

Embora, os índices de criminalidade violenta no Estado do Tocantins não possam ser considerados alarmantes e, para que isso não venha a ocorrer, é desejável que haja um entrosamento cada vez maior com a população. Assim, é sempre necessário melhorar e ampliar os níveis de crédito e confiança no sistema policial por parte da população, especialmente, para que ela auxilie a policia no controle e combate à criminalidade.

Os crimes que mais atormentam a população do Estado, e de Araguaína em particular, são os crimes contra o patrimônio. Os furtos, roubos e arrombamentos preocupam as comunidades. O curso de Pós-graduação enfatizará procedimentos e conceitos que permitam identificar as estratégias mais eficazes de combate a esses delitos de forma geograficamente definida e por zoneamento urbano, mapeando as áreas mais atingidas e propondo ações específicas de cooperação entre os órgãos de segurança, a policia comunitária e a comunidade inspirando um clima de cooperação e confiança. (BEATO, 2007², ROLIM, 2004)

O curso de pós-graduação visa também romper com uma visão tradicionalista pré-existente no seio da corporação de que a “boa” policia é aquela que reage violentamente. Ou seja, o curso também se justifica por propor uma rediscussão sobre a organização, à administração e gestão da policia e as formas de interagir com a comunidade buscando operar mudanças atitudinais no seio da corporação. O policiamento agressivo e predatório é combatido pela filosofia da policia comunitária. Segundo, Cláudio C. Beato, diversos motivos *“tem levado as policias brasileiras a empreender diferentes tipos e experiências de policiamento comunitário. A crescente exposição na mídia das mazelas das organizações policiais tem conduzido a um sentimento crescente entre autoridades públicas e na população de que a estrutura atual das policias brasileiras deve ser profundamente modificada. (...) Em outras palavras, trata-se de resgatar organizações policiais que funcionam como no século XIX, mas que enfrentam os complexos problemas da criminalidade urbana do século XXI”*(BEATO, 2005)

¹ Os dados foram coletados e tabulados objetivando contextualizar a proposta e identificar o problema criminógeno enfrentado pelo Município e região. Adiante iremos apresentar e comentar esses dados.

² BEATO, Cláudio. in <http://www.dpi.inpe.br/gilberto/infogeo/infogeo23.pdf>

A criminalidade, a insegurança social e os altos índices de descrédito e desconfiança vivenciados nos dias de hoje exigem a reestruturação dos sistemas policiais no mundo contemporâneo. A necessidade de embasamento e preparação dos policiais e dos operadores da justiça, de mudanças de atitudes e procedimentos internos às corporações e uma maior sinergia com as comunidades são razões que justificam a proposta de capacitação dos agentes e operadores da justiça através do curso “*Segurança Pública: teoria e prática n o gerenciamento da policia comunitária no Estado do Tocantins*”. Para Marcos Theodoro Scheremeta, os princípios doutrinários da policia comunitária atenderiam às demandas da população por justiça e humanização da justiça. Para o autor, a policia comunitária “*é entendida como a conjugação de todas as forças vivas da comunidade*” (SCHEREMETA, 2005).

Portanto, essa proposta apresenta-se como uma alternativa, teórica e prática, para rediscutir o papel da policia, a função social e política do operador da justiça e das instituições policiais. Mas, oportuniza ainda a reavaliação do papel das comunidades e da sociedade em geral, pois permite que o policial tome atitudes que façam a sociedade abandonar o papel de vitima e assumir uma posição ativa na resolução dos graves problemas da violência e da criminalidade. Viabiliza ainda a oportunidade de a comunidade entender mais profundamente a organização, administração e gestão das políticas de segurança e a engajar-se nesta política. Essas são as razões fundamentais desta proposta que discute a policia comunitária e sua gestão.

Por fim, vale ressaltar que essa é uma proposta de reedição do curso de pós-graduação em segurança pública. Curso esse já credenciado conforme o edital 01/2007, e financiado pela PRONASCI/SENASP/RENAESP de acordo com o contrato 87/2009 estabelecido entre a SENASP e a UFT publicado no DOU Seção 3, página 95 anexo. O sucesso e a relevância social dos cursos anteriores motivaram-nos a reeditá-lo.

A cooperação e interação entre a SENASP/RENAESP/NUPEV/UFT data de 2007 quando nos credenciamos e concorremos ao primeiro edital. Os propósitos bem como os objetivos traçados pela Secretaria vieram de encontro com a proposta institucional da Universidade em construir e consolidar uma política de aperfeiçoamento dos órgãos de segurança pública no Estado e no país.

A segurança pública passou nos últimos anos a ser uma preocupação de todos. A sociedade civil, o Estado e os indivíduos começaram a entender que todos podem contribuir para a paz social, para uma sociedade segura, harmônica e para redução da criminalidade. O governo federal tem desenvolvido uma série de ações para promover melhorias na área de segurança: cursos à distância, cursos de pós-graduação em segurança, programas de bolsas para policiais, programas de moradia, de melhorias salariais. Todas essas ações e programas desenvolvidos pelos governos e, particularmente, pelo governo federal podem ser conferidos no sitio do Ministério da Justiça e englobam as ações do PRONASCI – Programa Nacional de Segurança com Cidadania. Portanto, entendemos que a segurança pública apresenta um cenário favorável e positivo para o período de 2010 a 2016 no Brasil.

Porém, isso não significa dizer que não há muita coisa a ser feita ainda em matéria de segurança pública. Ao contrario, fatos recentes mostram que o sistema penitenciário no Estado e no Brasil requer a atenção dos gestores em segurança pública. A superlotação dos presídios, os estabelecimentos prisionais no Estado requerem a atenção dos administradores,

principalmente, no que tange à qualificação dos agentes e dos profissionais envolvidos na execução das tarefas rotineiras de controle e vigilância no sistema prisional. Outro ponto importante refere-se à redução da contratação de agentes que não compõem o quadro efetivo dos agentes penitenciários e, por consequência, a necessidade de contratação por meio de concurso público como preconiza a Constituição Federal de 1988.

Preciso destacar como fator extremamente positivo nas políticas públicas de segurança no Estado e no Brasil o uso crescente de armamentos não letais: bala de borracha, spray de pimenta, armas de choque, que contribuem com a redução de mortes e ferimentos graves nos confrontos entre a polícia e a sociedade civil. Todos esses equipamentos são úteis para controlar situações graves de desordem, perturbação social ou intranquilidade pública. Mas, a qualificação profissional ainda desponta como o meio mais eficaz de redução e prevenção da criminalidade. Destaco aqui o preparo dos policiais – civis e militares – para a negociação com os agentes infratores e criminosos para evitar a perda de vidas em casos de crimes com reféns.

Por fim, acredito que a preparação dos policiais para lidar com as novas técnicas, tecnologias e formas de organização policiais bem como a aproximação entre a polícia e a sociedade, especialmente, proporcionada pela Filosofia do Policiamento Comunitário, desenvolvida no Estado a mais de oito anos, sejam tendências fortes para os anos que se seguem, posso ser contrariado pelos acontecimentos, mas acredito que o governante que assumir a responsabilidade de governar esse grande Estado, cheio de potencialidades não pode perder o foco de que a segurança pública deve ser uma política que envolva: pessoas, equipamentos e qualificação. Não queremos com isso negar o valor e a importância da inteligência, da polícia repressiva e ostensiva, apenas destacar a necessidade de qualificação constante, essa é a tendência atual: qualificar para obter um policiamento integrado e inteligente na região.

3.1. Policiamento Comunitário e a realidade social de Araguaína

Estado do Tocantins, segundo os dados do censo de 2010 do IBGE, possui 139 municípios e uma população total de 1.383.445 mil habitantes. As atividades econômicas predominantes são a agropecuária e a agricultura, porém possui nas duas maiores cidades do Estado – Palmas e Araguaína – uma intensa atividade comercial e de prestação de serviços.

A cidade de Araguaína é uma das mais ativas comercial, industrial e agrícola do Estado. Possui a segunda maior população do Estado. Tracemos de modo sucinto um perfil histórico do município para compreender sua inserção local, regional e nacional e para melhor compreendermos onde o projeto será executado.

Histórico Geral

Foram os silvícolas da tribo Carajá os primitivos habitantes da região compreendida entre os rios Andorinhas e Lontra, afluentes, pela margem direita, do rio Araguaia. Essa extensa área constituiria mais tarde, a maior parte do atual município. Remanescentes dos silvícolas, já aculturados, habitam ainda reduzida reserva, às margens do rio, sob a orientação de um posto da Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

O início do desbravamento ocorreu em 1876, com a chegada de João Batista da Silva e família, procedentes do Piauí. Estabeleceram-se à margem direita do rio Lontra, em local que denominaram Livre-nos Deus, pelo temor permanente do ataque de índios e de animais selvagens. Mais tarde, com a vinda de outras famílias, formou-se o povoado, com o nome de Lontra, por ser numerosa essa espécie no local.

Em razão da falta de estradas, das condições geográficas e climáticas, o povoado não progrediu até que, em 1925, chegaram as famílias de Manoel Barreiro, João Brito, Guilhermino Leal e José Lira erigindo-se o primeiro templo católico.

Em 1949, o povoado Lontra passou a integrar o recém-criado município de Filadélfia. No mesmo ano sua denominação foi mudada para Araguaína, em decorrência do rio Araguaia, que serviria posteriormente, de limite entre o Município e o de Conceição do Araguaia, no Pará. Em 1953, foi transformado em Distrito, e, em 1958, foi criado o Município de Araguaína, instalado em 1959. O grande surto de desenvolvimento econômico-social de Araguaína começou a partir de 1960, com a construção da rodovia Belém-Brasília.

3.2. Formação Administrativa

Distrito criado com a denominação de Araguaína, pela Lei Municipal nº 86, de 30-09-1953, com terras desmembradas do distrito de Iviti, subordinado ao município de Filadélfia. Em divisão territorial datada de 1-VII-1955, o distrito de Araguaína, figura no município de Filadélfia. Elevado à categoria de município com a denominação de Araguaína, pela Lei Estadual nº 2125, de 14-11-1958, desmembrado de Filadélfia. Sede no atual distrito Araguaína (ex-povoado). Constituído do distrito sede, instalado em 01-01-1959.

Pela Lei Municipal nº 54, de 15-12-1963, é criado o distrito de Araganã e anexado ao município de Araguaína. Pela Lei Municipal nº 55, de 15-12-1963, é criado o distrito de Murucilândia e anexado ao município de Araguaína. Em divisão territorial datada de 31-XII-1963, o município é constituído de 3 distritos: Araguaína, Araganã e Murucilândia. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1983. Pela Lei Estadual nº 10510, de 11-05-1988, é criado o distrito de Aragominas e anexado ao município de Araguaína.

Em divisão territorial datada de 1988, o município é constituído de 4 distritos: Araguaína, Aragominas, Araganã e Murucilândia. Pela Lei Estadual nº 251, de 20-02-1991, alterada pela Lei Estadual nº 498, de 21-12-1992, desmembra do município de Araguaína os distritos de Aragominas, Araganã e Murucilândia, elevando-os à categoria de município. Em divisão territorial datada de 2003, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

O curso será realizado neste município com a pretensão de atender diretamente aos operadores de segurança da cidade e região norte do Estado, mas isso não exclui a possibilidade que policiais de todo o Estado participem do certame. Conforme se pode ver em tabelas e gráficos em apêndice: há na cidade e região uma demanda por cursos de pós-graduação Somente a título de exemplo: temos um total de 955 policiais militares apenas com graduação (Departamento de Ensino, Instrução e Pesquisa, PMTO). Ou seja, 68% do efetivo da polícia militar do Estado possui apenas graduação em diversas áreas (ver Apêndice C). Sem mencionar os efetivos da polícia civil, corpo de bombeiros militares, peritos criminais, agentes penitenciários, entre outros, que são o público alvo pretendido pelo curso.

É evidente que serão beneficiados indiretamente, pois os beneficiários diretos serão os candidatos que forem aprovados no processo seletivo, ou seja, os 40 operadores de segurança pública financiados pela SENASP e os 10 integrantes da sociedade civil tocantinense.

O público alvo que será beneficiado diretamente é composto por policiais civis e militares, corpos de bombeiros militares, peritos judiciais e forenses e guardas municipais financiados pela Senasp/Renaesp num total de 40 profissionais da segurança pública. Porém, indiretamente todos os profissionais da segurança no Estado poderão se beneficiar, pois cada aluno do curso poderá se tornar um multiplicador dos conhecimentos obtidos no curso realizado na cidade de Araguaína.

Com a promoção deste curso pretendemos alcançar alguns resultados: o fortalecimento e reestruturação dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública (CCSP) em Araguaína e expandir a filosofia e a metodologia organizacional e gerencial da polícia comunitária; ampliar as parcerias com os órgãos de segurança pública no Estado; resgatar a memória e a história do 2º BPM de Araguaína, aliás, esta proposta já está em discussão com o comando local; prestar assessoria e consultoria educacional na área de segurança pública aos órgãos e operadores de segurança pública quando necessário, portanto, esses são alguns dos resultados esperados com a realização desta terceira edição do curso de pós-graduação em Policiamento Comunitário.

4. Localização geográfica e estrutura disponível

O curso será realizado no Campus da Universidade Federal de Araguaína na Unidade Cimba Município de Araguaína promovido e executado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas da Violência – órgão vinculado ao curso de História. Passamos a fazer uma breve caracterização da localização geográfica e da estrutura disponível para a execução do curso.

A cidade de Araguaína, como já dissemos, localiza-se no norte do Estado Tocantins. Município situa-se entre o cerrado e o bioma amazônico. O censo do IBGE (2010) apresenta o seguinte perfil estatístico para a cidade de Araguaína: população 150.484; área da unidade territorial em quilômetros quadrados 4.000,403; densidade demográfica (hab./km) 37,62, distribuição equilibrada entre homens e mulheres no conjunto populacional.

O município, sob o ponto de vista econômico, apresenta o seguinte perfil: possui estabelecimentos agropecuários; estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços, predominando a produção agrícola e a prestação de serviços. População predominantemente composta de pessoas casadas. Em relação ao número de professores temos: ensino fundamental (1.060); Pré-escola (205); ensino Médio (359) representando respectivamente em relação ao Estado 70,8%, 20,4% e 8,9% do oferecimento de ensino nestas modalidades.

Apresenta ainda os seguintes índices de morbidade hospitalar distribuído por homens (518) e mulheres (382).

Não estão inclusos nestes dados as informações que estamos trabalhando e aprofundando sobre os dados do INFOPEN e do 2º BPM que retratam o sistema prisional e as ocorrências de práticas criminosas ocorridas entre 2008-2011.

O que se pode notar é que configura-se como um município de médio porte, de economia sólida e população em expansão.

A universidade inseriu-se neste contexto municipal como prestadora de serviços educacionais e outros de natureza extensionista e científica, mostremos agora um pouco sobre como a universidade vem contribuindo para o tema segurança pública no município e região, por meio de sua infraestrutura e dos cursos já realizados, pois foram qualificados aproximadamente 80 policiais até o momento.

A infraestrutura do Campus da UFT, em Araguaína, refere-se às instalações disponíveis para a execução do curso. O Curso de História, via Núcleo de Estudos e Pesquisas da Violência – NUPEV, executor do curso, dispõe de 04 salas de aula de 50 metros quadrados, contendo cada uma: ar-condicionado, uma lousa branca, um telão *visograf*, uma mesa e cadeira para o docente e 50 cadeiras para os discentes. Dispomos ainda de uma sala de aula de 40 metros quadrados, com ar-condicionado, uma lousa branca, um telão *visograf*, mesa e cadeira para o docente, 25 pranchetas de cartografia. Ainda no tocante às instalações, o Colegiado dispõe de uma sala de coordenação com 40 metros quadrados, 01 aparelho de ar-condicionado, 03 mesas de trabalho, 02 computadores com acesso a internet, um aparelho de datashow e um notebook destinado às atividades acadêmicas.

Conta ainda com a seguinte estrutura de apoio aos serviços: Secretaria das coordenações: uma sala de 7,7 metros quadrados, 01 aparelho de ar-condicionado; 02 mesas de trabalho, 01 computador com acesso à internet e 01 impressora.

Secretaria acadêmica com sala de 35 metros quadrados, ar-condicionado, 06 mesas de trabalho, 05 computadores com acesso a internet e impressora, bem como 06 respectivos servidores.

Almoxarifado Central: sala de 30 metros quadrados, que atende à duas unidades do Campus de Araguaína, com produtos de papelaria, escritório, equipamentos e consumo, possui um servidor que presta serviços de apoio.

Logística audiovisual: anexo ao almoxarifado: sala de 10 metros quadrados, 03 aparelhos de TV, 01 aparelho de DVD, 11 Retroprojetores, 01 datashow, 02 *microsystems*, dois aparelhos de som, 04 videocassetes e 01 servidor que auxilia na operacionalização. Sala de projeção: sala de 50 metros quadrados, 01 aparelho de ar-condicionado, 42 computadores, com acesso a internet, à disposição dos acadêmicos.

Ainda no tocante à infraestrutura, o campus conta também com os seguintes Setores Administrativos: Secretaria da Direção, Coordenação Administrativa, de Desenvolvimento Humano, a Ouvidoria, o Protocolo e a Reprografia, esta última terceirizada.

Com relação ao desempenho de atividades de formação de profissionais de Segurança Pública, conferir os currículos anexos, notadamente, dos professores Dimas José Batista, Altamiro de Araújo Lima Filho, Mariseti Cristina Soares Lunckes, Rogério dos Santos Siqueira, Tenente Sebastião Lima e Jorge Palma de Almeida Fernandes. Estes docentes possuem uma atuação mais direta na formação dos operadores de segurança pública. Quanto à infraestrutura do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Violência – NUPEV/UFT (ver Apêndice D)

Biblioteca do *Campus* – Horário de Funcionamento

De segunda à sexta-feira: 7h30min às 22h:00 min

Sábado: 8hmin às 14h:min

Acervo

O acervo da Biblioteca supri a demanda de 7 (sete) cursos em licenciaturas e 3 (três) cursos em gestão são eles : Biologia, Física, Geografia, História, Letras, Matemática e Química; Cooperativismo, Logística e Turismo. Possui ainda, o acervo da pós graduação *strictu sensu*, separado do acervo geral.

O acervo é organizado de acordo com a **Classificação Decimal de Dewey** e o tipo de catalogação atende as normas do **AACR2**. O acesso as estantes é livre.

Divisão do Acervo por Área do Conhecimento

- **Livros**

ÁREA	TÍTULOS	EXEMPLARES
CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	1295	3816
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	250	1567
ENGENHARIA/TECNOLOGIA	141	301
CIÊNCIAS DA SAÚDE	66	176
CIÊNCIAS AGRÁRIAS	83	202
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	1517	4902
CIÊNCIAS HUMANAS	3790	11992
LINGUISTICA, LETRAS E ARTES	2292	4862
OUTROS	18	36
TOTAL	9452	27857

- **Revistas**

ÁREA	TÍTULOS	EXEMPLARES
CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	24	142
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	17	19
ENGENHARIA/TECNOLOGIA	7	43
CIÊNCIAS DA SAÚDE	14	143
CIÊNCIAS AGRÁRIAS	7	150
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	57	384
CIÊNCIAS HUMANAS	217	2043
LINGUISTICA, LETRAS E ARTES	40	299
TOTAL	383	3223

Base de dados

Acesso ao portal de periódicos da Capes

Jornais

Assinatura de um jornal local

Multimeios

263 títulos (cd's, dvd's e fitas cassete)

Infraestrutura

- Área – 270 m2 (climatizada);
- 10 módulos de estudo individual;
- 19 mesas para estudo de grupo e 85 acentos;
- Sala de processamento técnico;
- Setor de circulação e atendimento.

Recursos Tecnológicos

A biblioteca encontra-se informatizada, com seu acervo indexado na base de dados do Sistema SIE que agrega todas as bibliotecas da UFT oferecendo consulta online ao seu catálogo via internet.

Como suporte para acessar estes recursos contamos com:

- 3 computadores (*atendimento, circulação*);
- 5 computadores (*3 processamento técnico, 2 sala das bibliotecárias*);
- 2 computadores para pesquisa ao acervo;
- 1 Impressora Laser Lexmark E342m (*processamento técnico*);
- 1 Impressora Fiscal Daruma (*atendimento*).

Serviços Oferecidos

- Empréstimos domiciliar (informatizado) para a comunidade acadêmica;
- Consulta local informatizada;
- Consulta online;
- Normalização de trabalhos acadêmicos;
- Elaboração de Ficha Catalográfica;
- Serviços de reservas de publicação;
- Pesquisa bibliográfica;
- Acesso aos periódicos da CAPES;
- Programas e conscientização para preservação do acervo;
- Visita orientada;
- Wireless

Política de Atualização e Expansão do Acervo

Atualizar o acervo bibliográfico em conformidade com a reformulação dos projetos Político-Pedagógico dos cursos de Graduação e Pós-Graduação. A seleção e aquisição de materiais obedecem aos seguintes requisitos:

Autoridade: verificar junto aos professores a reputação do autor da obras, sua credibilidade;

Atualidade: pertinência do assunto ao momento atual. (Observar que as Obras Clássicas não se limitam a sua data de publicação, elas possuem conhecimentos que ainda não estão ultrapassados);

Cobertura: observar a temática do acervo da Biblioteca.

A expansão do acervo obedece a indicação da coordenação de cada curso, onde cada professor solicita as obras que atendem a sua disciplina.

QUADRO DE PESSOAL TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Atendentes (Servidores)	6
Atendentes (Bolsistas)	7
Bibliotecários	3

5. Objetivo Geral

O objetivo principal do curso de pós-graduação “*Segurança Pública: Teoria e Prática no Gerenciamento da Policia Comunitária no Estado do Tocantins*” é promover a capacitação e aprimoramento das aptidões, habilidades e competências dos operadores da justiça – policiais civis e militares – que gerem atitudes de sinergia e cooperação entre as instituições policiais e a comunidade na região.

5.1 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos do curso em questão são:

- Priorizar a atuação preventiva (proativa) dos operadores da justiça agindo cirurgicamente para evitar-se a ocorrência de delitos, atenuando-se, assim, o emprego da atuação repressiva;
- Tornar mais presente e permanente a figura do policial junto a uma determinada comunidade;
- Valorizar a parceria e cooperação entre a polícia e a comunidade na identificação dos problemas que lhes afetam, e consequente discussão destes problemas de modo compartilhado, buscando soluções e alternativas conjuntas;
- Proporcionar agilidade nas respostas aos desejos e às necessidades de proteção e socorro da comunidade, os quais são obtidos por meio de pesquisas constantes;
- Ampliar a visão sistêmica de defesa social, de segurança pública e de gestão compartilhada das políticas públicas;
- Gerar bancos de dados que possibilitem um maior controle e participação externa no planejamento e gerenciamento operacional, por parte da população;

- Possibilitar ao policial uma atuação como planejador, solucionador de problemas e coordenador de reuniões para troca de informações com a população.
- Buscar a excelência organizacional, gerencial e cooperativa.

6. Metas –

Metas a serem atingidas:

As metas se dividem em qualitativas e quantitativas. As metas qualitativas dizem respeito à melhoria, aperfeiçoamento e elevação do padrão de qualidade da atividade policial no Estado. O curso tem como finalidade atingir as seguintes metas quantitativas entre 2102 e 2014:

1. Qualificar 40 policiais civis e/ou militares.
2. Produzir e submeter à publicação em média 10 artigos relativos à Segurança Pública, voltados para a temática do curso;
3. Promover um evento de extensão relativo à Segurança Pública ao final do curso, envolvendo os trabalhos monográficos e/ou artigos produzidos;
4. Contribuir para revitalização dos 09 (Conselhos Comunitários de Segurança Pública) CCSP do Município;
5. Assessorar na criação de 01 GGI em Segurança Pública no Município de Araguaína.

As metas quantitativas dizem respeito aos resultados e produtos que visamos alcançar com esta proposta de curso. Estas metas abrangem um espectro amplo atingindo o curso e se prolongando após a sua realização, estão ainda vinculadas ao cronograma de desembolso, pois em cada fase de desenvolvimento e execução do curso pretende-se mensurar o grau de atendimento dessas metas.

Por outro lado, as metas qualitativas, sensíveis apenas a longo prazo, são as seguintes:

1. Apresentar e discutir questões teóricas e práticas voltadas à aquisição de conhecimentos e técnicas de planejamento e gerenciamento de polícia comunitária, conforme novas exigências institucionais, do edital 06/2012 e da matriz curricular;
2. Congregar professores, pesquisadores e demais interessados para discussão sobre aplicação de resultados de pesquisas dirigidas às questões administração, operacionalização e execução de ações de policiamento comunitário.
3. Promover a melhoria do desempenho profissional, capacitando os pós-graduandos a adoção de novos e mais adequados métodos, conhecimentos e técnicas bem como na utilização de instrumentos tecnológicos úteis à sua profissão.

Para atingirmos essas metas dividimos o processo de desenvolvimento e execução, conforme o Edital, em quatro (04) Etapas. As quais passam a ser descritas a seguir:

Etapa 1 – Nesta etapa iremos realizar:

A organização e execução do processo seletivo – que se subdivide em várias ações: a) divulgação do curso junto aos órgãos de segurança e nos meios de comunicação e mídia; b) lançamento do edital, divulgação; c) realização das provas objetivas e subjetivas, d) correção e divulgação dos resultados provisórios e definitivo, e) homologação e inscrição dos candidatos aprovados no curso. Esta **Etapa 1** transcorre temporalmente entre os meses de Setembro de 2013 e Dezembro de 2013, momento em que ocorrerá o desembolso para o custeamento de todas as despesas previstas para as etapas **1 e 2**, os primeiros 50% do total solicitado, estimado em R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais):

Meta 1: Atingir o quantitativo pretendido de quarenta discentes, bem como inscrever no mínimo 10 membros da sociedade civil, nesta primeira etapa a meta é meramente quantitativa. Pois, visamos basicamente atingir nosso público alvo.

Etapa 2: Nesta etapa iremos executar: o desenvolvimento e realização do curso, isto é, dos módulos I e II, que se resumem basicamente em atividade didático-pedagógica e produção de conhecimento acadêmico educacional. Temporalmente a **Etapa 2** se desenrolará entre os meses de Dezembro de 2013 e Abril de 2014, como já se disse, momento em que já ocorrera o desembolso para o custeamento de todas as despesas previstas para as etapas **1 e 2**, os primeiros 50% do total solicitado, estimado em R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais):

Módulo I - História das Práticas de Policiamento e de Segurança no Mundo Moderno.

Módulo II - Gestão Democrática: Direitos Humanos e Segurança Pública

Meta 2: A finalidade nesta **Etapa 2** é proporcionar um conhecimento de alto nível aos operadores da segurança que passarem no processo seletivo. Desenvolvendo, em toda a sua plenitude, os conteúdos e metodologias educacionais projetados para cada disciplina. Bem como incentivar os alunos a realizar atividades extraclasse e extracurriculares ao curso oferecidos pelo MJ, conforme sugestão do Edital.

Etapa 3: Nesta etapa continuaremos executar: o desenvolvimento e realização do curso, isto é, dos módulos III e IV que concentram-se, especificamente, em atividades didático-pedagógicas e produção de conhecimento acadêmico educacional. Temporalmente a Etapa 3 se consolidará entre os meses de maio de 2014 e Dezembro de 2013, momento em que já ocorreu o segundo desembolso, em fevereiro de 2014, para custeamento de todas as despesas previstas para as **etapas 3 e 4**, bem como para a produção do conhecimento monográfico e, posterior, certificação dos alunos. O segundo desembolso, a ocorrer em maio, também totaliza R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), finalizando os 50% restantes a ser concedido pela SENASP/RENAESP.

Módulo III - O Século XXI: A Transição entre a Repressão e a Cooperação em Segurança Pública.

Módulo IV - O Gerenciamento da Polícia Comunitária no Tocantins: Parceria Entre o Estado e a Sociedade.

Meta 3: A finalidade nesta **Etapa 3** é proporcionar um conhecimento de alto nível aos operadores da segurança que passarem no processo seletivo. Desenvolvendo, em toda a sua plenitude, os conteúdos e metodologias educacionais projetados para cada disciplina. Bem como incentivar os alunos a realizar atividades extraclasse e extracurriculares ao curso, conforme sugestão do Edital. Visa atingir aquelas metas qualitativas descritas acima neste item 6 do projeto.

Etapa 4: Nesta etapa, o curso entrará na sua fase final, iremos executar: a produção e defesas das monografias do curso, isto é, nesta Etapa: os discentes irão planejar e escolher os temas das monografias, escolher seus orientadores, Acompanhamento/Correção dos projetos, orientação da monografia, leituras e correção das monografias, confecção e defesa das monografias. Esta **Etapa 4** concentra-se, especificamente, em atividades de planejamento, orientação, leituras e correção e elaboração das monografias, fase tipicamente científica e de produção do conhecimento, essa **Etapa** se consolidará entre os meses de Novembro de 2014 e Abril de 2015. É importante salientar que, como descrevemos no **item 11** deste projeto, há ainda nesta **Etapa** a previsão da Certificação dos alunos do curso.

Meta 4: A finalidade nesta Etapa 4 é efetivar a escolha do tema, do orientador e das orientações a todos os 40 ou 50 alunos matriculados no curso. De sorte que, todos possam concluir suas monografias no tempo planejado, isto é, entre novembro de 2014 e Abril de 2015, bem como proporcionar àqueles que forem terminando e solicitando junto à PROPESQ/UFT, a certificação do curso. Atingindo aquelas metas quantitativas previstas.

7. Metodologia

O curso em questão será regular, porém, com períodos de funcionamento específicos. Terá funcionamento aos sábados e no período de férias escolares. As disciplinas oferecidas obedecerão ao seguinte procedimento metodológico geral:

- I. Aulas expositivas dialogadas- nestas aulas o docente apresentará a fundamentação teórica e metodológica relativa ao ementário e conteúdo programático proposto;
- II. Aulas com estudos dirigidos e coordenados, em que se debaterão os temas e assuntos pertinentes ao conteúdo programático exposto;
- III. As aulas poderão se desenvolver em formato de seminários em que os discentes apresentarão e relatarão as pesquisas efetivadas a respeito do problema disciplinar em foco;
- IV. As aulas contarão com dinâmicas de grupo em todos os módulos, onde os grupos poderão discutir conteúdos programáticos apresentados em seminários ou propostos em debates;
- V. As aulas poderão recorrer ao uso de recursos audiovisuais, quando cabíveis, para ilustrar e aguçar a capacidade de argumentação por meio de diferentes tecnologias e linguagens sobre os temas dos conteúdos programáticos;
- VI. As aulas poderão recorrer à pesquisa da realidade circundante do discente, visando estimular a capacidade de observação e experimentação, sempre que cabível e interconectado com os conteúdos programáticos;

VII. As aulas poderão contar com o relato de sínteses textuais individuais sobre as pesquisas em andamento, favorecendo o debate e troca de experiências entre os educandos.

Todos estes procedimentos didático-pedagógicos devem favorecer um ambiente de cooperação, formação do senso crítico e espírito de liderança para a tomada de decisões diante de problemas concretos vivenciados na experiência profissional do futuro pós-graduado. Pois, segundo Montserrat Moreno (2006) “Trata-se de encontrar contextos reais nos quais as noções a ensinar adquiram um significado... Uma aprendizagem construtiva caracteriza-se por desencadear processos mentais que ampliam a capacidade intelectual do indivíduo; assim, quando o dado é esquecido, a função adquirida permanece, e, com ela, a possibilidade de readquiri-lo facilmente” Será neste amplo sentido interdisciplinar, transversal e construtivista, que as metodologias e procedimentos didático-pedagógicos deverão ser executados com os discentes de pós-graduação.

Desta forma, poderão ser trabalhados, como exercícios, atividades ou tarefas, temas transversais que, para Montserrat Moreno: “... delimitam diferentes campos de observação que podem permitir uma avaliação inicial muito adequada” pelos alunos “..., quanto a elementos fundamentais da educação. Assim, por exemplo, a questão da educação para a Paz levará observar o nível de violência detectável...” em diferentes circunstâncias que envolvem diversos grupos sociais, culturais, étnicos e de gênero, permitindo uma avaliação da situação de modo equilibrado.

Ou seja, um processo educacional que permita ao pós-graduando lançar vistas sobre os fenômenos sociais, políticos e culturais de modo amplo, profundo e sereno. Portanto, todos os esforços poderão ser mobilizados para atingir ou realizar atividades de caráter interdisciplinar e transversal, assim como os recursos áudios-visuais, as técnicas e as tecnologias.

8. Programa do curso:

Módulo I- História das Práticas de Policiamento e de Segurança no Mundo Moderno.

1. Disciplina: Metodologia de Pesquisa Científica.

Ementa: Instrumentos teóricos e práticos para elaboração de trabalhos científicos e acadêmicos. Procedimentos: problema, planejamento e execução. Técnicas de normalização. ABNT.

Objetivo: Identificar e analisar os diversos tipos de trabalhos acadêmicos: resumo, fichamento, resenha crítica, relatório, artigo e monografia. Produzir trabalhos acadêmicos, utilizando as normas da ABNT. Analisar as metodologias de levantamento, coleta, tratamento e análise de dados de pesquisas qualitativas, comparativas e quantitativas.

Carga Horária: 30 h/a

Metodologia:

Aulas expositivas e dialogadas a partir dos textos orientadores; leitura de textos e realização de pesquisas. Realização de exercícios práticos relativos às normas técnicas e tipos de trabalhos acadêmicos; Relatórios de experiências, debates e troca de conhecimento acumulado ao longo da atividade profissional, estudos a partir da vida dos discentes bem realização de

atividades pedagógicas que demonstrem a importância epistêmica e sistêmica da metodologia científica para o exercício racional e planejado dos estudos e da atividade profissional.

Bibliografia:

- COURA SOBRINHO, Jerônimo, SILVA, Sérgio Raimundo Elias da. *Considerações básicas sobre pesquisa em sala de aula*. In: Revista de Estudos da Linguagem. Vol. 1, nº. 1, BH: Faculdade de Letras da UFMG, jan/jun, 1998, pp. 51-58.
- SALOMON, Décio Vieira. *Como fazer uma monografia*. São Paulo, Martins Fontes, 1999.
- FRANÇA, Júlia Lessa. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. BH: Ed. UFMG, 2001.
- LAKATOS, Eva M. e MARCONI, Marina de. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LAKATOS, Eva M. e MARCONI, Marina de. *Metodologia Científica*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. et. al. (Orgs.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- ANDRADE, Maria M. de. *Introdução à Metodologia do Trabalho Científico*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- CERVO, Amado L. e BERVIAN, Pedro A. *Metodologia Científica*. 5 ed. São Paulo: Prentice-Hall, 2002.
- MÁTAR NETO, João Augusto. *Metodologia Científica na Era da Informática*. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- SANTOS, Antonio Raimundo dos. *Metodologia Científica a Construção do Conhecimento*. 5. ed., São Paulo: DP & A, 2002.

2. Disciplina: O Sistema de Segurança Pública no Brasil.

Ementa: Processo de evolução do sistema policial e de controle social do crime. Desenvolvimento da instituição policial dos séculos XVIII ao XXI. Técnicas, as estratégias e as táticas de policiamento. O impacto da Declaração Universal dos Direitos do Homem sobre a concepção de policiamento e de crime no Brasil e no mundo. Abordagem teórica e sistêmica da Segurança Pública, da Criminalidade e da Violência. Segurança Pública como sistema de estruturas interligadas e autônomas.

Objetivo: Objetiva fornecer um quadro histórico geral da evolução do sistema policial no mundo moderno. Visa apresentar as principais mudanças ocorridas no sistema policial e as formas de controle social do crime dos séculos XVIII e XXI. Almeja demonstrar as estratégias de policiamento e os aprimoramentos dos instrumentos de combate à violência e à criminalidade na era moderna. Criar condições para que o profissional da área de Segurança Pública possa ampliar seus conhecimentos, exercitar suas habilidades e fortalecer uma atitude propositiva e proativa para a formulação de políticas públicas de segurança.

Carga Horária: 30 h/a.

Metodologia: Aulas expositivas e dialogadas a partir dos textos orientadores; leitura de textos e realização de pesquisas. Também poderão ser adotados recursos como o relato de experiências com a implementação de debates e troca de conhecimento acumulado ao longo da atividade profissional, estudos e vida dos discentes.

Bibliografia:

- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Editora Vozes. Petrópolis. 2006.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. 9. ed. Rio de Janeiro Edições Graal, 1990.
- REALE, Miguel. Horizontes do Direito e da História. 3. ed. revista e aumentada. São Paulo: Editora Saraiva, 2000.
- FAUSTO, Boris. Crime e Cotidiano: a Criminalidade em São Paulo (1880-1924). 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001.
- MOORE JR, Barrington. Injustiça: As Bases Sociais da Obediência e da Revolta. trad., João Roberto Martins Filho. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- AMÊNDOLA NETO, Vicente. História e Evolução do Direito Penal no Brasil, São Paulo, Julex.

3. Disciplina: Ressocialização e Gestão Social do Crime no Século XX: da punição degradante ao controle carcerário

Ementa: O processo de controle social do crime, da criminalidade e do sistema carcerário. O desenvolvimento da instituição policial no Século XX focalizando a reabilitação do agente criminoso. As técnicas, as estratégias e as táticas de policiamento e do sistema prisional para a ressocialização do delinquente.

Objetivo: A disciplina tem como objetivos básicos levar o aluno ao contato com a área do Direito Criminal e, em especial, com as funções da pena e os mecanismos da Execução Penal. Para tanto, serão estudados a História e os princípios filosóficos do Direito Criminal e da pena; os objetivos da reprimenda e suas formas de apresentação dos textos orientadores; seminários em grupos sobre os temas relevantes que emergirem dos diálogos estabelecidos; exposição de imagens envolvendo ação religiosa e o encarceramento humano; avaliação escrita e individual.

Carga Horária: 30 h/a

Metodologia: Aulas expositivas e dialogadas a partir dos textos orientadores; leitura de textos e realização de pesquisas. Também poderão ser adotados recursos como o relato de experiências com a implementação de debates e troca de conhecimento acumulado ao longo da atividade profissional, estudos e vida dos discentes.

Bibliografia:

- CAMARGO, A. L. Chaves. Culpabilidade e Reprovação Penal, São Paulo, Sugestões Literárias.
- ZOMER, Ana Paula. Ensaios Criminológicos, São Paulo, IBCCRIM.
- MOLINA, Garcia Pablos de. Antônio. Criminologia, São Paulo, RT.
- BERISTAIN, Antônio. Nova Criminologia à Luz do Direito Penal e da Vitimologia, Brasília, ED. UnB.
- BRUNO, Aníbal. Das Penas, Rio de Janeiro, Rio.
- BITENCOURT, César Roberto. Falência da Pena de Prisão, São Paulo, RT.
- MOUSNIER, Conceição. O Ato Infracional, Rio de Janeiro, Líder Juris.
- MANREIM, Hermann. Criminologia Contemporânea, São Paulo, IBCCRIM.
- SINHORETTO, Jacqueline. Os Justiçaadores e Sua Justiça, São Paulo, IBCCRIM.

- GOULART, José Eduardo. Princípios Informadores do Direito da Execução Penal, São Paulo, RT.
- RAMALHO, José Ricardo. O Mundo do Crime- A Ordem Pelo Averso, São Paulo, IBCCRIM.
- MINAHIM, Maria Auxiliadora. Direito Penal da Emoção, São Paulo, Ed. RT.
- FOULCAUT, Michel. Vigiar e Punir, São Paulo, Vozes.
- HUNGRIA, Nelson. Comentários ao Código Penal, vol. I, Forense.
- BATISTA, Nilo. Introdução Crítica ao Direito Penal Brasileiro, São Paulo, Ed. Revan.
- CORRÊA, Plínio de Oliveira. Legitimidade da Prisão no Direito Brasileiro, Sagga- DC Luzzato Editores.
- ALVES, Roque de Brito. Programa de Direito Penal- Parte Geral, Recife, FASA.
- AMÊNDOLA NETO, Vicente. História e Evolução do Direito Penal no Brasil, São Paulo, Julex.
- CRUZ, Walter Rodrigues da. As Penas Alternativas no Direito Pátrio, São Paulo, LED.
- LIBERATI, Wilson Donizeti. Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente, São Paulo, Malheiros.

Módulo II – Gestão Democrática: Direitos Humanos e Segurança Pública

1. Disciplina: Os Discursos Humanitários: Técnicas e Formas de Controle Sociais Integradoras, século XX.

Ementa: Discursos produzidos por cientistas sociais e religiosos sobre a humanidade dos agentes criminosos e os operadores da justiça. Técnicas de controle tendentes à integração dos marginalizados. Impacto dos discursos, técnicas e formas de controle integradoras, no Brasil durante o século XX. Processos de valorização da pessoa humana, tanto dos criminosos como dos operadores da justiça. Gestão e controle social do crime em sociedades democráticas.

Objetivo: Analisar os discursos científicos e religiosos sobre os agentes criminosos e os operadores da justiça para perceber o conteúdo humanitário contido nessas duas modalidades de discursos. Analisar as técnicas e formas de controle destinadas aos marginalizados. Possibilitar a compreensão do impacto dos discursos, técnicas e formas de ações integradoras no Brasil durante o século XX. Debater a natureza humanitária das ações integradoras envolvendo agentes criminosos e operadores da justiça.

Carga Horária: 30 h/a

Metodologia: Aulas expositivas e dialogadas a partir dos textos orientadores; atividades escritas, individuais e em grupo, após apresentação dos textos orientadores; seminários em grupos sobre os temas relevantes que emergirem dos diálogos estabelecidos; exposição de imagens envolvendo ação religiosa e o encarceramento humano; avaliação escrita e individual.

Bibliografia:

- BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. Ética, educação, cidadania e Direitos Humanos. Barueri: Manole, 2004.
- DUARTE, Ivo Carlos. O Papel da Religião no Processo de reintegração do Preso à Sociedade: Contextualizando a Penitenciária Estadual de Londrina. Curitiba, Universidade Federal do Paraná (UFP). Monografia de Especialização em Tratamento Penal (www.pr.gov.br).

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Petrópolis: Vozes, 1991.

HUNT, Lynn (org). A Nova História Cultural. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo. A Realidade Social das Religiões no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1996.

QUIROGA, Ana Maria. Religiões e Prisões no Rio de Janeiro: Presença e Significados. Rio de Janeiro: Iser, 2004 (www.iser.org.br).

WACQUANT, Luic. As Prisões da Miséria. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

2. Disciplina: Policiamento, punição e encarceramento em processo de mudança no mundo globalizado.

Ementa: Táticas, as estratégias e as formas de planejamento do policiamento e seus aspectos jurídicos e sociais. Aspectos punitivos: encarceramento e mudanças jurídicas no Brasil contemporâneo. Mudanças normativas e legislativas operadas no campo do direito penal, diante de um poder judiciário aberto à sociedade e às diversas formas de criminalidade globalizadas. Técnicas e formas de controle possíveis para o crime em um mundo tecnológico e os impactos legais das mudanças sociais, jurídicas, midiáticas, técnicas e tecnológicas.

Objetivo: Analisar as formas de policiamento e suas estratégias, as formas de punição e encarceramento no mundo globalizado.

Carga Horária: 30 h/a

Metodologia: A metodologia a ser aplicada para o estudo da disciplina, considerado o desenvolvimento, a participação e o interesse dos participantes, poderá e preferencialmente compreenderá a realização de: aula expositiva; aula dialogada; debates; incentivo ao raciocínio jurídico; orientação para a compreensão de texto científico; elaboração de trabalhos científicos; leitura de textos e realização de pesquisas. Também poderão ser adotados recursos como relato de experiências com a implementação de debates e troca de conhecimento acumulado ao longo da atividade profissional, estudos e vida dos discentes.

Bibliografia:

CARNELUTTI, Francesco. As Misérias do Processo Penal. Editora Conan, 1995.

CONDE, Francisco Munoz. Direito Penal e Controle Social. Editora Forense. Rio de Janeiro, 2005.

IHERING, Rudolf Von. A Luta Pelo Direito. 2. ed. São Paulo: Série ouro/Russell, s/d

TOURRINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de Processo Penal. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

CAPEZ, Fernando. Manual de Direito Penal. São Paulo: Saraiva, s/d

BITENCOURT, Cezar Roberto. Falência da Pena de prisão, São Paulo, RT

CRUZ, Walter Rodrigues da. As Penas Alternativas no Direito Pátrio, São Paulo, LED

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Editora Vozes, Petrópolis, 2006.

NEPOMUCENO, Alessandro. A Face Obscura da Sentença Penal. Editora Revan. Rio de Janeiro, 2004.

QUEIROS, Paulo de Souza. Do caráter subsidiário do Direito Penal. e. ed. Editora Del Rey. Belo Horizonte, 2002.

SANTOS, Juarez Cirino. A Criminologia Radical. Editora Lúmen Juris. Rio de Janeiro, 2006.

QUEIROZ, Paulo. Inovações do Direito Penal. São Paulo: Saraiva. s/d

3. Disciplina: Nova Concepção de Polícia: Cooperação Social em Segurança Pública

Emenda: Táticas, as estratégias, as formas de planejamento e de gestão administrativa da segurança pública e seus aspectos jurídicos. Aspectos organizacionais do sistema policial: inovação, integração e cooperação. Mudanças jurídicas no Brasil contemporâneo e a reestruturação operacional do sistema policial. Transformações normativas e legislativas operadas no campo do direito penal. Visão sistêmica de segurança de segurança pública e renovação judiciária

Objetivo: Avaliar a nova concepção jurídica e de policiamento no Brasil contemporâneo e os impactos legais provocados pelas mudanças tecnológicas e a intervenção da mídia.

Carga Horária: 30h/a

Metodologia: Leituras de bibliografias específicas na área do direito penal e prisional; utilização de recursos áudio-visuais, filmes que fortaleçam o debate de sistemas de prisão no Brasil e no mundo, inclusive documentários; realização de seminários em grupo, no início e no final da disciplina; dinâmicas em grupo e trabalhos individuais.

Bibliografia:

BERISTAIN, Antônio. Nova Criminologia à Luz Penal e da Vitimologia. trad., Cândido Furtado Maia Neto, Brasília, Editora da UNB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

SNOLNICK, Jerome H., BAYLEY, David H. Nova Polícia: Inovações na Polícia de Seis Cidades Norte-Americana. trad., Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, 2001.

PANDOLFI, Dulce Chaves. et. al. (orgs). Cidadania, Justiça e Violência. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

IHERING, Rudolf Von. A Luta Pelo Direito. 2. ed. São Paulo: Série Ouro/Russel, s/d

BITENCOURT, Cezar Roberto. Falência da Pena de Prisão, São Paulo, RT.

CRUZ, Walter Rodrigues da. As Penas Alternativas no Direito Pátrio, São Paulo, LED

QUEIROZ, Paulo. Inovações do Direito Penal. São Paulo: Saraiva. s/d.

Módulo III- O Século XXI: A Transição Entre a Repressão e a Cooperação em Segurança Pública.

1. Disciplina: Das Penas Repressivas e Redistributivas às Penas Alternativas: Aspectos Legais.

Ementa: Os aspectos repressivos e redistributivos do sistema penal brasileiro. A necessidade de replanejamento e adequação de gestão administrativa da segurança pública e seus aspectos jurídicos no Brasil moderno. Os aspectos organizacionais do sistema policial: inovação, integração e cooperação. As mudanças jurídicas no Brasil contemporâneo e a reestruturação operacional do sistema policial. As mudanças normativas e legislativas operadas no campo do direito penal diante de um poder judiciário que busca uma visão sistêmica da segurança pública objetivando uma punição alternativa que valoriza a pessoa humana. A nova concepção jurídica de crime e de policiamento no Brasil contemporâneo e os impactos legais das mudanças midiáticas, técnicas e tecnológicas.

Objetivo: Contribuir para o reordenamento prisional e sua gestão administrativa e penal, com vistas a recuperar a dignidade do encarcerado e devolvê-lo à sociedade. Busca contribuir para a reintegração social do preso e resgate de sua cidadania.

Carga Horária: 30h/a

Metodologia: Leituras de bibliografias específicas na área do direito penal e prisional; utilização de recursos audiovisuais, filmes que fortaleçam o debate de sistemas de prisão no Brasil e no mundo, inclusive documentários; realização de seminários em grupo, no início e no final da disciplina; dinâmicas em grupo e trabalhos individuais.

Bibliografias:

BECCARIA, Cesare. Dos Delitos e das Penas. Torrieri Guimarães, São Paulo: Hemus Editora Ltda, 1983.

BERISTAIN, Antônio. Nova Criminologia à Luz do Direito Penal e da Vitimologia. trad., Cândido Furtado Maia Neto, Brasília, Editora da UNB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

KELSEN, Hans. Teoria Pura do Direito: Introdução à Problemática Científica do Direito. trad., J. Cretella Jr. e Agnes Cretella, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001.

OLIVEIRA, Dijaci David de. et. al. (orgs). Violência Policial: Tolerância Zero? Goiânia: Editora FGV, 1999.

BITENCOURT, Cezar Roberto. Falência da Pena de Prisão, São Paulo, RT.

CRUZ, Walter Rodrigues da. As Penas Alternativas no Direito Pátrio, São Paulo, LED

QUEIROZ, Paulo. Inovações do Direito Penal. São Paulo: Saraiva. s/d

RIBEIRO DE SÁ, Geraldo. A Prisão dos Excluídos: Origens e Reflexões Sobre a Pena Privativa de Liberdade. Rio de Janeiro: Diadorim/ EDUFJF, 1996.

SALLA, Fernando. As Prisões em São Paulo: 1822-1940. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1999.

SNOLNICK, Jerome H., BAYLEY, David H. Nova Polícia: Inovações na Polícia de Seis Cidades Norte-americana. trad., Geraldo de Souza. São Paulo: Edusp, 2001.

ZIMMERMANN, Augusto. Teoria Geral do Federalismo Democrático. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Júris, 2005.

2. Disciplina: Ética e Cidadania: Preparando o Policial-Cidadão.

Ementa: A ética consiste num virtuoso instrumento para o exercício da cidadania, a fim de que os direitos individuais e coletivos- culturais, de gênero, étnicos e políticos- sejam respeitados. A ética e as diferenças multiculturais. O culturalismo e a cidadania: orientação sexual e os conflitos geracionais.

Objetivo: A importância da ética nas ações cotidianas, buscando ressaltar a responsabilidade dos operadores da justiça – civis e militares – para a consolidação de uma cultura cidadã no Brasil. Os direitos do cidadão após a Constituição de 1988 e mo multiculturalismo brasileiro. A relação entre ética e justiça. A relação entre democracia, cidadania e segurança pública. A importância da ética da responsabilidade para a atuação dos policiais junto à comunidade.

Carga Horária: 30 h/a

Metodologia: Aulas expositivas, leitura, discussão e produção de textos.

Bibliografia:

BOBBIO, Norberto. Direitos do Homem e Sociedade. In. _____ A Era dos Direitos. Nova Edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p. 82-97.

CARVALHO, José Murilo. A Cidadania Após a Redemocratização. In. _____ Cidadania no Brasil: Um Longo Caminho. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 199-217.

COMPARATO, Fábio Konder. Segurança e democracia. In. LAMOUNIER, Bolívar. et. al. (Orgs). Direito, Cidadania e Participação. São Paulo: T.A. Queiroz, 1981. p. 197-229.

PEGORARO, Olinto A. A Ética das Normas. In. _____ Ética e Justiça. 8ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003. p. 54-82.

WEBER, Max. Ciência e Política: Duas Vocações. São Paulo: Cultrix, s/d. p. 105-124

3. Disciplina: Direitos Humanos e Policiamento Comunitário: Uma Equação Possível.

Ementa: As práticas e estratégias de policiamento comunitário no Tocantins: histórico e modelos de policiamento comunitário. Os direitos humanos, a cidadania e o policiamento comunitário. Relações étnicas e de gênero e seu respectivo enfrentamento no âmbito da polícia comunitária e gestão dos conflitos sócio-culturais.

Objetivo: Analisar de forma interdisciplinar, as temáticas relacionadas à problematização dos direitos humanos e polícia comunitária em âmbito nacional e regional; oportunizar momentos de discussão e interação entre diferentes sujeitos e saberes, buscando direcionar estes saberes para as práticas cotidianas de trabalho.

Carga Horária: 30h/a

Metodologia: Dentro de uma proposta interdisciplinar de trabalho busca-se a interlocução entre as duas temáticas propostas: direitos humanos e polícia comunitária. Para tanto, propõe-se leituras de textos, estudo de casos, discussão grupal e realização de pré-projetos que possam, de forma experimental, dinamizar o cotidiano de trabalho dos participantes da disciplina. Utilização, como recursos didático-pedagógicos, de data-show, TV e vídeo, mapas do Brasil, do Tocantins e de Araguaína, com suas zonas de policiamento.

Bibliografia:

BAYLEY, David H. Padrões de Policiamento: Uma Análise Internacional Comparativa. São Paulo: Edusp, 2001. (Série Polícia e Sociedade).

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. A Polícia e os Direitos Humanos- Coleção Polícia Amanhã. Textos Fundamentais. Rio de Janeiro. Freitas Bastos. 1998.

_____. Do patrulhamento ao Policiamento Comunitário- Coleção Polícia Amanhã. Textos Fundamentais. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões. Petrópolis: Vozes, 2001.

MUNIZ, Jacqueline. Ser Policial é, Sobretudo Uma Razão de Ser: Cultura e Cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado: Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999.

_____. A Crise de Identidade das Polícias Militares Brasileiras: Dilemas e Paradoxos da Formação Educacional. Security and Defense Studies Review. Vol. 1. 2001. disponível em <http://www.ndu/chds/journal/PDF/Muniz-final.pdf>

REINER, Robert. A Política da Polícia. São Paulo: Edusp, 2004. (Série Polícia e Sociedade).

ROLIM, Marcos. A Síndrome da Rainha Vermelha: Policiamento e Segurança Pública no Século XXI. Rio de Janeiro: Zahar; Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu da Silva (org). Identidade e Diferença: A Perspectiva dos Estudos Culturais. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

SOUZA, Cibeli de. História da Polícia Militar de Goiás. In O Anhanguera. Goiânia: Polícia Militar de Goiás. Ano I,, n.I, Janeiro de 1999.

TONRY, M. MORRIS, N. Policiamento Moderno. São Paulo: Edusp, 2003. (Série Polícia e Sociedade).

Módulo IV- O Gerenciamento da Polícia Comunitária no Tocantins: Parceria Entre o Estado e a Sociedade.

1. Disciplina: Fundamentos de Gestão Pública

Ementa: Administração Pública. Conceitos, Princípios. Paradigma burocrático e Gerencial. Gestão de Pessoal e de processo. Sistemas de Controle da Administração. Racionalização e eficiência Gestorial na área da Segurança pública. A segurança pública e a gestão. Gestão Pública e Democracia.

Objetivo: Apresentar aos alunos os conceitos e princípios básicos da Administração Pública. Discutir os paradigmas burocrático e gerencial. Refletir sobre gestão de pessoas e de processos. Analisar os sistemas de controle: racionalização e a eficiência na área e nas instituições de segurança pública. Refletir sobre Gestão pública e Democracia no mundo contemporâneo, com foco em produtos e resultados. Problematicar a administração pública no campo da Segurança Pública no Brasil

Carga Horária: 30 h/a

Metodologia: Dentro de uma proposta interdisciplinar de trabalho busca-se a interlocução entre as duas temáticas propostas: fundamentos de gestão pública e a filosofia da polícia comunitária. Para tanto, propõe-se leituras de textos, estudo sobre os modelos gerenciais vigente na área da segurança pública, discussão grupal e realização de pré-projetos que possam, de forma experimental, dinamizar o cotidiano de trabalho dos participantes nos órgãos de segurança pública. Utilização, como recursos didático-pedagógicos, de data-show, TV e vídeo, mapas do Brasil, do Tocantins e de Araguaína, com suas zonas de policiamento.

Bibliografia:

ALECIAN, Serge; FOUCHER Dominique. Guia de gerenciamento do setor público. Brasília: ENAP/Editora Revan, 2001.

AQUINO, Cléber Pinheiro D. G. Administração de recursos humanos: uma introdução. São Paulo: Atlas, 1981.

AKTOUF, Omar. O simbolismo e a cultura da empresa: os abusos conceituais às lições empíricas. In: CHANLAT, Jean François (Coord.). Os indivíduos na organização, v. 2, São Paulo: Atlas, 1993.

BALESTRERI, Ricardo. Qualificar o processo qualificando a pessoa: algumas contribuições à reflexão sobre capacitação de operadores policiais. 2006. Disponível em: <www.sp.df/sites/100/164/QUALIFICAROPROCESSOQUALIFICANDOAPESSOA.pdf> Acesso em: 20 jun. 2006.

- BAYLEY, David H; Skolnick, Jerome H. Nova polícia: inovações na polícia de seis cidades norte-americanas. São Paulo: USP, 2002.
- BATITTUCCI, Eduardo Cerqueira et al. Criminalidade violenta na região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH): Reflexos nas políticas de segurança. In: XII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2005, Belo Horizonte. Anais. XII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2005.
- BORN, R. Desvendando o planejamento estratégico. Porto Alegre: Sulina, 2006.
- BRAGA, R. Monteiro. Planejamento estratégico para instituições. São Paulo: Hoper, 2005.
- BAUMAN. Zygmunt. Globalização: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BITTNER E. As funções da polícia na sociedade moderna: uma revisão dos fatores históricos, das práticas atuais e dos possíveis modelos do papel da polícia. Aspectos do trabalho policial. São Paulo: EDUSP; 2003.
- COSTA, Arthur Trindade Maranhão. Reforma policial: persistência e mudança institucional; violência urbana e reforma policial no Rio de Janeiro; as reformas na polícia de Nova York; entre a Lei e a Ordem. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.
- CHIAVENATO Adalberto. Teoria geral da Administração. São Paulo: McGraw-Hill, 1987.
- DAMATTA, Roberto. O que faz do Brasil, Brasil? Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- DESAUNIERS, Julieta Beatriz Ramos (Org.). Formação, trabalho e competência. Porto Alegre, EDIPUCRS,
- _____. O líder do futuro. Visões, estratégias e práticas para a Nova Era. São Paulo: Futura, 1996.
- FARAH M. F. et al. Novas experiências de gestão pública e cidadania. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- GÓMEZ, José Maria. Política e democracia em tempos de globalização. Petrópolis: Vozes.
- _____. Mandar é fácil, difícil é liderar: o desafio do comando na nova economia. Salvador: Editora Casa da Qualidade, 2001.
- IMAN, Instituto. Inovação e melhoramento na administração moderna. São Paulo: 1996.
- KAHN, Tulio. Indicadores em prevenção municipal da criminalidade. In: Prevenção da violência: o papel das cidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- KONDO, Yoshio. Motivação humana: um fator chave para o gerenciamento. Trad. Dario Ikuo Miyake. São Paulo: Gente, 1994.
- MAFFESOLI M. O imaginário é uma realidade. Revista Famecos. Porto Alegre, n. 15, ago 2001.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros Editores, 1999.
- MONET, Jean-Claude. Polícias e sociedades na Europa. São Paulo: Edusp, 2002.
- MOTTA, Paulo Roberto. Gestão contemporânea: a ciência e a arte de ser dirigente. Rio de Janeiro: Record, 1991.
- Ministério do Planejamento: www.planejamento.gov.br
- Programa Nacional de Desburocratização: www.d.gov.br
- Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento: www.gestaopublica.gov.br
- Escola Nacional de Administração Pública: www.enap.gov.br/
- Programa Qualidade no Serviço Público: www.qualidade.planejamento.gov.br

2. Disciplina: Instrumentos e práticas para Gerenciamento da Polícia Comunitária no Brasil, Geoprocessamento e sensoriamento Remoto: Gestão Racional em Segurança Pública.

Ementa: Conceitos básicos em sensoriamento remoto e geoprocessamento. Técnicas de Interpretação de imagens de sensoriamento remoto. Aplicabilidade do geoprocessamento em projetos de planejamento estratégico e tático na área do gerenciamento de pessoas e de recursos técnicos. Gestão de políticas públicas e privadas orientadas para o policiamento comunitário e administração de recursos humanos, pessoais e orçamentários. O uso de imagens de satélites no estudo de ambientes transformados.

Objetivo: Apresentar aos alunos os conceitos básicos em sensoriamento remoto, as técnicas de sensoriamento remoto aplicadas ao geoprocessamento e a cartografia digital para elaboração de cartas e mapas temáticos, assim como as potencialidades do geoprocessamento como ferramenta de tomada de decisões em projetos de planejamento, organização e gestão de políticas públicas e privadas de administração de recursos humanos, técnicos e financiamentos.

Carga Horária: 30 h/a

Metodologia: Aulas expositivas e explicativas, leitura e discussões de textos, trabalhos individuais ou grupais; aulas práticas de manuseio e interpretação de produtos de sensoriamento remoto com auxílio de computador e data show.

Bibliografia:

ASSAD, E. e Sano, E. E. Sistema de Informações Geográficas: Aplicações na Agricultura. Brasília: EMBRAPA/CPAC, 1993.

FLORENZANO, T. G. Imagens de Satélites Para Estudos Ambientais. São Paulo: Oficina de Textos, 2002.

MOREIRA, M.A. Fundamentos do sensoriamento Remoto e metodologias de Aplicação. 3ª. ed. atual. ampl. -Viçosa: Ed. UFV, 2005.

ROSA, R. Introdução ao Sensoriamento Remoto. Uberlândia: EDUFU, 1995.

ROCHA, C. H. B. Geoprocessamento: Tecnologia Transdisciplinar. Juiz de Fora, MG: Ed. do Autor, 2000.

3. Disciplina: Gestão Estratégica no Contexto do Sistema Único de Segurança Pública.

Ementa: Formação histórica do sistema de Segurança Pública no Brasil. Sistema Único de segurança Pública. Monitoramento e avaliação de resultados de políticas públicas. Modelos de Gestão em Segurança Pública. Gestão orientada para solução de problemas. Indicadores de Desempenho em Segurança Pública.

Objetivo: Fornecer os fundamentos da reflexão estratégica no contexto do Sistema Único de segurança pública, visando incrementar a efetividade das ações e políticas de segurança pública, privilegiando a informação como principal ferramenta de ação dos órgãos de segurança pública.

Carga Horária: 30 h/a

Metodologia: Aulas expositivas e explicativas, leitura e discussões de textos, trabalhos individuais ou em grupos. Aulas práticas de manuseio e interpretação de produtos de sensoriamento remoto com auxílio de computador e data show.

Bibliografia:

- ANDRADE, Mônica Viegas & PEIXOTO, Betania Totino. Avaliação Econômica de Programas de Prevenção e Controle da Criminalidade no Brasil, 2005.
- COSTA, Arthur e Souza, Bruno. Relações Intergovernamentais e Segurança Pública: Uma Análise do Fundo Nacional de Segurança Pública, 2007.
- GOVERNO BRASILEIRO. Projeto Segurança Pública Para o Brasil: Sistema Único de Segurança Pública (2003).;
- GOVERNO BRASILEIRO. Relatório de Ações da Senasp: Sistema Único de Segurança Pública, Brasília (2007). GOVERNO BRASILEIRO. Uso de Informações na Gestão de Ações de Segurança Pública, Brasília (2006). Apostila da Rede Nacional de Ensino a Distância em Segurança Pública.
- GOVERNO BRASILEIRO. Operacionalização da Análise Criminal: Conceitos Básicos. Brasília (2007)- Apostila da Rede Nacional de Ensino a Distância em Segurança Pública.
- HARRIES, Keith. Mapeamento da criminalidade: Princípios e Prática (www.crisp.ufmg.br/livro.htm)
- ILANAUD. Os Indicadores de Avaliação de Desempenho: Uma Ferramenta Para a Gestão por Resultados na América Latina.
- JANUZZI, P. M. Indicadores Para Diagnóstico, Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais no Brasil. Revista do Serviço Público. Brasília 56 (2): 137-160, ab/jun, 2005.
- KAHN, Túlio. Indicadores em Prevenção Municipal da Criminalidade, in: Prevenção da Violência: O Papel das Cidades. João Trajano Sento-Sé (org). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SOUZA, Renato Vieira de e REIS, Gilberto Protásio dos. O Controle da Polícia no Brasil: Uma Introdução ao Controle Científico da Polícia. Belo Horizonte, 2005.
- WEBER, Max. Ensaios de Sociologia. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.
- GUIMARÃES, Jorge Lessa. Qualidade competitiva no Brasil: transformando valores, atitudes e comportamentos na busca da qualidade total. Salvador: Casa da Qualidade, 1995.
1998. In: HESSELBEIN, Frances et al. A comunidade do futuro. Ideias para uma nova comunidade. São Paulo, Futura, 1998.

8.1. Cronograma de Execução do Projeto: (previsão 2013-2014)

Disciplina	C/H	Cronograma	Professor	Titulação	IES
Metodologia da Pesquisa Científica	30	14/12/2013 03/05/2014 22/11/2014	Vera L. Caixeta	Doutora	UFT
O Sistema de Segurança Pública no Brasil.	30	10, 11, 17 e 18 Jan/2014	Braz B. Vas	Doutor	UFT
Ressocialização e Gestão Social do Crime no Século XX: da punição degradante ao controle carcerário.	30	07, 08, 14 e 15 Fev/2014	Altamiro de A. L. Filho	Especialista	ITPAC
Os discursos humanitários: as técnicas e formas de controle sociais integradoras século XX.	30	21, 22, 07 e 08 Fev/Mar/2014	Vasni de Almeida	Doutor	UFT
Policiamento, punição e encarceramento em processo de mudança no mundo globalizado.	30	21, 22, 28 e 29 Mar/2014	Tenente S. Lima	Especialista	2º BPM Araguaína
Nova Concepção de Polícia: Cooperação Social em Segurança Pública.	30	04, 05, 11 e 12 Abr./2014	Jorge P. de A. Fernandes	Especialista	ITPAC
Das penas repressivas e redistributivas às penas alternativas: aspectos legais.	30	16, 17, 23 e 24 Maio/2014	Rogério dos Santos Siqueira	Mestre	FACD O
Ética e Cidadania: Preparando o Policial-Cidadão.	30	06, 07, 13 e 14 Jun./2014	Karine A. G. Mota	Mestre	ITPAC
Direitos Humanos e Policiamento Comunitário: Uma Equação Possível.	30	27, 28, 04 e 05 Jun./Jul./2014	Mariseti C. S. Lunckes	Doutora	UFT
Fundamentos de Gestão Pública.	30	06, 09, 15 e 16 Ago./2014	Plabio M. Martins Desidério	Doutor	UFT
Instrumentos e práticas para Gerenciamento da Polícia Comunitária no Brasil, Geoprocessamento e sensoriamento Remoto: Gestão Racional em Segurança Pública.	30	05, 06, 12, e 13 Set./2014	Luciano G. da Silva	Doutor	UFT
Gestão Estratégica no Contexto do Sistema	30	03, 04, 10 e 11	Dimas José Batista	Doutor	UFT

Único de Segurança Pública.		Out./2014			
-----------------------------	--	-----------	--	--	--

Como se pode verificar o curso é um todo orgânico e interligado. As disciplinas que compõem os Módulos I, II, III e IV trazem no seu bojo as conexões e interfaces recomendadas pela Matriz Curricular Nacional, estão em sintonia com a moderna tendência pedagogia da interdisciplinaridade e da transversalidade e, sobretudo, obedecem ao que preconiza a legislação pertinente aos cursos de pós-graduação *Lato Sensu*.

As conexões existentes entre as disciplinas e os Módulos ficam patentes especialmente a partir do Módulo III – “O Século XX: A Transição Entre a Repressão e a Cooperação em Segurança Pública.” em que o curso começa a discutir e problematizar a filosofia do policiamento comunitário.

8.2. Quadro sinóptico do currículo dos Docentes:

Dr. Dimas José Batista

Possui graduação em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (1995), Mestrado em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (1998) e Doutorado em História Social pela USP, na área de concentração História Social (2008). Atualmente é professor Adjunto nível II da Universidade Federal do Tocantins. Têm experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Império, atuando nos seguintes campos de pesquisa de: História do Brasil Império, História do Brasil República, História e Direito, História Regional do Brasil, História da Marginalização Social, Exclusão e Cidadania. Tem orientado em diversas áreas bem como na da Segurança Pública desde 2008.

Dr. Braz Batista Vas

Possui graduação em História pela UNESP/Campus de Franca (1997), mestrado em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (2000) e Doutorado pela UNESP/Campus de Franca (2011). Atualmente é professor Adjunto Nível I da Universidade Federal do Tocantins. Tem experiência na área de História, com ênfase em Brasil Império e em História Latino-americana, pesquisando principalmente os seguintes temas: guerra do Paraguai, exercito, exercito brasileiro, logística e, também, História do Judiciário em Araguaína-TO. Atua desde 2009 no curso de pós-graduação em Segurança pública possuindo algumas monografias como orientador na área de Segurança.

Esp. Altamiro de Araújo Lima Filho

Possui graduação em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal de Pernambuco (1971) e graduação em Licenciatura (História) pela Universidade Católica de Pernambuco (1972). É professor e advogado criminalista, com obras publicadas nas áreas de Direito Penal e de Direito Processual Penal.

Dr. Vasni de Almeida

Possui graduação em História pelo Centro Universitário Barão de Mauá (1992), mestrado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP/Franca (1997)

e doutorado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP/Assis (2003). Atuou como professor do Ensino Fundamental e Médio no ensino público e privado na região de Ribeirão Preto, SP, na década de 1990. Atuou como docente nas Faculdades São Luís, de Jaboticabal, SP, no curso de Pedagogia, onde ministrou as disciplinas História, Sociologia e Filosofia da Educação. Na Faculdade do Professor, de Ribeirão Preto, SP, lecionou História da Educação, Fundamentos Teóricos e Metodológicos das Ciências Sociais. Desde 2005 é professor do Curso de História da Universidade Federal do Tocantins, UFT, Campus de Araguaína, no qual ministra a disciplina História da Educação. Tem experiência na área de História, com ênfase em História da Educação e Ensino de História, atuando principalmente nos seguintes temas: cultura, educação, metodismo, educação protestante e sociedade e práticas de ensino de História. Na UFT participou das duas versões do Projeto Pró-Docência, responsabilizando-se pela produção de material didático sobre História da Educação. De abril de 2007 a abril 2011 Coordenou o Curso de História da UFT/Campus de Araguaína. Desde 2010 é editor da *Escritas*, revista do Colegiado de História da UFT/Campus de Araguaína.

Esp. Tenente Sebastião Lima

Possui graduação em História pela Universidade Federal do Tocantins (2007). Especialização em Segurança Pública no curso de pós-graduação “Segurança Pública: Teoria e Prática no Gerenciamento da Polícia Comunitária no Estado do Tocantins pela UFT (PRONASCI/SENASP/RENAESP/NUPEV/UFT) (2009). Atualmente é adjunto da Seção Técnica de Ensino do 2º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Tocantins, em Araguaína. Têm experiência na área de polícia comunitária e policiamento comunitário.

Dra. Vera Lúcia Caixeta

Doutora em História Social pela UFRJ, com a tese: Médicos, padres, sertões: o norte de Goiás no relatório de Arthur Neiva e Belisário Penna e nas narrativas dos seus interlocutores goianos, sob a orientação da Dr. Jacqueline Hermann. Mestre em História Cultural pela Universidade de Brasília (2003), com a dissertação intitulada: Saberes e Poderes Compartilhados: as Parteiras em Minas Gerais no Século XIX, orientada pela Dra. Diva do Couto Muniz. Desde novembro de 2005 é professora da Fundação Universidade Federal do Tocantins na área de Metodologia da Pesquisa em História.

Dr. Plábio Marcos Martins Desidério

Doutor em Comunicação pela Universidade de Brasília (2013). Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (2004). Professor da Universidade Federal do Tocantins. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia da Cultura, atuando principalmente nos seguintes temas: sociologia da comunicação, mídia, televisão, telenovela, gênero, cultura popular, cultura urbana, mídias sociais.

Dra. Mariseti Cristina Soares Lunckes

Doutora em História Social pela UFRJ (2011). Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1998). Graduação em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1994). Professora concursada da Universidade Federal do Tocantins. Tem experiência na

área de História, com ênfase em História Regional, Construção de Espaços, atuando principalmente nos seguintes temas: região, polícia militar, fontes documentais, educação patrimonial, documentos, instituições e controle social.

Esp. Jorge Palma de Almeida Fernandes

Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Alta Paulista-FADAP/SP (1994), Especialista em Direito do Estado (Direito Constitucional, Administrativo e Tributário) pela Universidade Castelo Branco/RJ. Autor da obra *Sindicância, Processo e Controle Jurisdicional*, publicada pela Editora Mundo Jurídico.

ME Karine Alves Gonçalves Mota

Possui graduação em Bacharel em Direito pela Universidade Católica de Goiás (2000), pós-graduação *lato sensu* em Direito Público constitucional e administrativo (2003) e Mestrado em Direito Econômico pela Universidade de Marília. Tem experiência na área de Direito Público e Privado. Atua como coordenadora adjunta do curso de Direito e como professora de ensino superior no ITPAC.

Dr. Luciano da Silva Guedes

Possui Graduação em Geografia (Bacharelado) pela Universidade Federal da Paraíba (1999), mestrado em Geodinâmica pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2002) e é doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). É Professor Assistente do Curso de Geografia da Universidade Federal do Tocantins, campus de Araguaína. Tem experiência na área de Geociências, com ênfase em Geografia, atuando principalmente nos seguintes temas: Cartografia Digital, Sensoriamento Remoto, Estudo Socioambiental e Ensino de Geografia. É professor dos cursos de especialização em Desenvolvimento Regional e Urbano e Segurança Pública: Teoria e Prática do Gerenciamento de Polícia Comunitária.

ME Rogério dos Santos Siqueira

Possui graduação em Bacharel em Direito pelas Faculdades Metropolitanas Unidas FMU/SP (2002), pós-graduação *Lato Sensu* em Processo Civil pela PUC/SP (2004), e Mestrado em Direitos Difusos e Coletivos pela UNIMES – Universidade Metropolitana de Santos (2008). Tem experiência na área de Direito Público e Privado, direito civil, processo civil, direito do consumidor. Atua como Defensor Público na Defensoria Pública do Pará desde 2007, e como professor de Direito da Faculdade Católica D. Orione também desde de 2008 bem como no curso de pós-graduação *Lato Sensu* em Segurança Pública promovido pela UFT.

8.3. Avaliação:

O processo de avaliação de desempenho do discente no curso constará dos seguintes instrumentos de aferição:

- Provas escritas
- Trabalhos escritos individuais: fichamentos, resumos, resenhas, *papers*, levantamentos bibliográficos;

- Trabalhos coletivos: seminário, oficinas, debate em grupo e dinâmicas coletivas;
- Pesquisas práticas na realidade local.

A utilização dos instrumentos de avaliação mencionados acima, visam observar o desenvolvimento das seguintes habilidades e competências nos discentes:

- Iniciativa na exploração dos conteúdos, temas e problemas de cada disciplina;
- Expressividade verbal e articulação de ideias;
- Capacidade de observação, correlação e analogia;
- Capacidade de cooperação e trabalho em equipe;
- Espírito de liderança e capacidade de motivação;
- Organização individual e coletiva;
- Planejamento e resolução de problemas concretos.

A avaliação por ser um procedimento sistêmico não pode deixar de considerar o curso no conjunto. Assim, a avaliação se estende aos professores, à coordenação do curso, ao atendimento burocrático e administrativo aos recursos humanos envolvidos no curso e às próprias instalações em que o curso será realizado.

8.4. Auto-avaliação:

A utilização dos instrumentos de avaliação mencionados acima, visam observar o desenvolvimento das habilidades e competências acadêmicas dos discentes do curso bem como permitir que cheguem ao autoconhecimento e a autoavaliação de modo a ampliar seus potenciais de:

- Iniciativa na exploração dos conteúdos, temas e problemas de cada disciplina;
- Expressividade verbal e articulação de ideias;
- Capacidade de observação, correlação e analogia;
- Capacidade de cooperação e trabalho em equipe;
- Espírito de liderança e capacidade de motivação;
- Organização individual e coletiva;
- Planejamento e resolução de problemas concretos.

A avaliação por ser um procedimento sistêmico não pode deixar de considerar o curso no conjunto. Assim, a avaliação e auto-avaliação se estende aos segmentos envolvidos no curso professores, à coordenação, aos alunos, em suma, ao atendimento burocrático, pedagógico, didático, administrativo, aos recursos humanos e educativos do curso bem como às próprias instalações em que o curso será realizado. (ver Formulário de Avaliação, Apêndice E)

9. Detalhamento dos Custos

Os recursos serão utilizados para a plena execução do curso de pós-graduação Segurança Pública: teoria e prática no gerenciamento da Polícia Comunitária no Estado do

Tocantins. A execução do curso inclui receita e despesas. Iremos detalhar a seguir todos os custos/despesas envolvidos na realização do curso.

9.1 Planilha Geral: Receita e Despesas

Fonte da Receita	Parcial	Total
Mensalidade de 40 alunos (mínimo) - financiados pelo MJ/PRONSCI/SANASP/RENAESP	R\$ 312,50 X 12 X 40	150.000,00
ITEM		VALOR
PREVISÃO DE RECEITA ** (detalhar a fonte da receita e cronograma de desembolso)		
Mensalidade: 12 (meses) x40 (alunos) x 312,50		150.000,00
Total		150.000,00
PREVISÃO DE DESPESAS		
1 - Serviços de Terceiros P. Física (total)		127.517,40
Colaboradores eventuais especializados		15.560,50
coordenação do curso		43.400,00
Professores - aulas		40.800,00
Professores - orientação de monografia		3.252,00
Pofessores - defesas de monografias		3.252,00
Confecção da monográfica		-
Encargos s/serviços (20% INSS)		21.252,90
2 - Serviços de Terceiros P. Jurídica (total)		-
Reprodução de documentos		-
Produção Bibliográfico		-
3 - Material de Consumo		5.382,60
Material de expediente		5.382,60
Material de limpeza		-
4 - Investimento (total)		-
Equip. e Material Permanente (móveis, máquinas, livros, aparelhos, etc)		-
5 - Despesas Administrativas		17.100,00
Despesas administrativas		17.100,00
TOTAL (RECEITA - PREVISÃO DE DESPESAS = 0)		-

9.2 QUADRO DE PESSOAL DO CURSO

QUADRO DE PESSOAL				
ITEM	NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	VALOR
Aulas	Vera Lúcia Caixeta	Docente	30	3.600,00
	Braz Batista Vas	Docente	30	3.600,00
	Altamiro de Araújo	Docente	30	3.000,00
	Vasni de Almeida	Docente	30	3.600,00
	Tenente Sebastião Lima	Docente	30	3.000,00
	Jorge P. de Almeida	Docente	30	3.000,00
	Rogério dos Santos	Docente	30	3.300,00
	Karine Alves Goncalves	Docente	30	3.300,00
	Mariseti C. Soares Lunckes	Docente	30	3.600,00
	Plábio M. Martins Desidério	Docente	30	3.600,00
	Luciano da Silva Guedes	Docente	30	3.600,00
	Dimas José Batista	Docente	30	3.600,00
SUBTOTAL				40.800,00
ITEM	NOME	PARCELAS	VALOR UNITÁRIO	VALOR
Orientação Monográfica	Professores do Curso	40 (alunos)	81,30	3.252,00
Defesa de Monografia	Professores do Curso	40 (alunos)	81,30	3.252,00
Confecção da monografia	Discentes	40 (alunos)		
Serviços de apoio administrativos, operacional e técnico de secretaria	Secretária do Curso	5 x	1.200,00	6.000,00
Serviço de faxina/copa	Faxineira/copeira	5 x	718,00	3.590,00
Aplicador de provas	Aplicador	1x	1.460,00	1.460,00
Corretor de Provas		1x	2.094,00	2.094,00
Assessoria/consultoria	Assessoria	3x	805,50	2.416,50
Coordenação	Coordenador do Curso	6 x	7.233,3333	43.400,00
SUBTOTAL				65.464,50
TOTAL GERAL				106.264,45

10. Prazo de Execução – (2013-2015)

10.1 PROCESSO SELETIVO – DESCRIÇÃO

Mês/An	Dia	Horário	Descrição
--------	-----	---------	-----------

o			
Nov./2013	01	Das 08h:00min às 17h:30 min	Divulgação do curso, do Edital de inscrições e de seleção, Início das inscrições
Dez./2013	02	Das 08h:00min às 17h:30 min	Encerramento das inscrições
	05	08h:00min.	Divulgação do tema da prova escrita
Dez./2013	07	Das 08h00min às 12h00min	Aplicação da Prova Escrita – objetiva
	07	Das 14h00min às 18h00min	Aplicação da Prova Escrita – subjetiva
	10	12h00min	Publicação do Resultado Provisório
Dez./2013	13	12h00min	Publicação do resultado final

10.2 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DOS MÓDULOS I A IV (2013-2014)

Mês/Ano	Dia		Horário Noite/manhã/tarde	Descrição	
	Início	Término		Ação/Fase	
Dez./2013	14/12/13	14/12/13	07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo I	Metodologia da Pesquisa Científica.
Jan./2014	10/01/2014 11/01/2014	17/01/2014 18/01/2014	19h:00 a 22h:30 07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo I	O Sistema de Segurança Pública no Brasil.
Fev./2014	07/02/2014 08/02/2014	14/02/2014 15/02/2014	19h:00 a 22h:30 07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo I	Ressocialização e Gestão Social do Crime no Século XX: da punição degradante ao controle carcerário.
Fev/Mar./2014	21/02/2014 22/02/2014	07/03/2014 08/03/2014	19h:00 a 22h:30 07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo II	Os Discursos Humanitários: técnicas e formas de controle sociais integradoras, século XX.
Mar./2014	21/03/2014 22/03/2014	28/03/2014 29/03/2014	19h:00 a 22h:30 07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo II	Policiamento, punição e encarceramento em processo de mudança no mundo globalizado.

Abr./2014	04/04/2014 05/04/2014	11/04/2014 12/04/2014	19h:00 a 22h:30 07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo II	Nova Concepção de Policia: cooperação social em segurança pública.
Mai./2014	03/05/2014	03/05/2014	07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo III	Metodologia da Pesquisa Científica.
Mai./2014	16/05/2014 17/05/2014	23/05/2014 24/05/2014	19h:00 a 22h:30 07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo III	Das penas repressivas e redistributivas as Penas Alternativas: aspectos legais.
Jun./2014	06/06/2014 07/06/2014	13/06/2014 14/06/2014	19h:00 a 22h:30 07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo III	Ética e cidadania: preparando o policial-cidadão.
Jun./Jul./2014	27/06/2014 28/06/2014	04/07/2014 05/07/2014	19h:00 a 22h:30 07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo III	Direitos Humanos e Policiamento comunitário: uma equação possível.
Ago./2014	06/08/2014 09/08/2014	15/08/2014 16/08/2014	19h:00 a 22h:30 07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo IV	Fundamentos de Gestão Pública
Set./2014	05/09/2014 06/09/2014	12/09/2014 13/09/2014	19h:00 a 22h:30 07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo IV	Instrumentos e práticas para o Gerenciamento da Policia comunitária no Brasil, Geoprocessamento e Sensoriamento remoto: gestão racional em segurança Pública.
Out./2014	03/10/2014 04/10/2014	10/10/2014 11/10/2014	19h:00 a 22h:30 07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo IV	Gestão estratégica no contexto do Sistema único de Segurança Pública
Nov./2014	22/11/2014	22/11/2014	07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo IV	Metodologia da Pesquisa Científica

10.3 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS MONOGRAFIA E CERTIFICAÇÃO (2014-2015)

Mês/Ano	Data		Descrição Ação/Fase
	Início	Término	

Ago./2014	10/08/2014	10/09/2014	Planejamento dos Projetos
Set./2014	10/09/2014	30/09/2014	Escolha do Tema/Orientador do
Out./2014	01/10/2014	30/02/2015	Orientação da Monografia
Out/Fev/2014	01/10/2014	30/02/2015	Leituras e correção Monografia
Out/Fev/2014	01/10/2014	30/02/2015	Confecção Monografia
Out/Fev/2014	01/10/2014	30/02/2015	Defesa das Monografias
Fev/Mar/2014	30/02/2015	30/03/2015	Certificação
Fev/Abr/2014	30/02/2015	30/04/2015	Certificação

11. Cronograma de execução

Processo Seletivo – detalhamento da execução em 2013			
Mês/Ano	Dia	Horário	Descrição
Nov./2013	01	Das 08h:00min às 17h:30 min	Divulgação do curso, do Edital de inscrições e de seleção, Início das inscrições
Dez./2013	02	Das 08h:00min às	Encerramento das inscrições
	05	08h:00min.	Divulgação do tema da prova escrita
Dez./2013	07	Das 08h00min às	Aplicação da Prova Escrita –
	07	Das 14h00min às	Aplicação da Prova Escrita –
	10	12h00min	Publicação do Resultado Provisório
Dez./2013	13	12h00min	Publicação do resultado final

Módulos – Detalhamento da Execução dos Módulos em 2013 e 2014					
Mês/Ano	Dia		Horário Noite/manhã/tarde	Descrição	
	Início	Término		Ação/Fase	
Dez./2013	14/12/13	14/12/13	07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo I	Metodologia da Pesquisa Científica.
Jan./2014	10/01/2014 11/01/2014	17/01/2014 18/01/2014	19h:00 a 22h:30 07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo I	O Sistema de Segurança Pública no Brasil.

Fev./2014	07/02/2014 08/02/2014	14/02/2014 15/02/2014	19h:00 a 22h:30 07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo I	Ressocialização e Gestão Social do Crime no Século XX: da punição degradante ao controle carcerário.
Fev/Mar./2014	21/02/2014 22/02/2014	07/03/2014 08/03/2014	19h:00 a 22h:30 07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo II	Os Discursos Humanitários: técnicas e formas de controle sociais integradoras, século XX.
Mar./2014	21/03/2014 22/03/2014	28/03/2014 29/03/2014	19h:00 a 22h:30 07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo II	Policiamento, punição e encarceramento em processo de mudança no mundo globalizado.
Abr./2014	04/04/2014 05/04/2014	11/04/2014 12/04/2014	19h:00 a 22h:30 07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo II	Nova Concepção de Polícia: cooperação social em segurança pública.
Mai./2014	03/05/2014	03/05/2014	07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo III	Metodologia da Pesquisa Científica.
Mai./2014	16/05/2014 17/05/2014	23/05/2014 24/05/2014	19h:00 a 22h:30 07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo III	Das penas repressivas e redistributivas as Penas Alternativas: aspectos legais.
Jun./2014	06/06/2014 07/06/2014	13/06/2014 14/06/2014	19h:00 a 22h:30 07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo III	Ética e cidadania: preparando o policial-cidadão.
Jun./Jul./2014	27/06/2014 28/06/2014	04/07/2014 05/07/2014	19h:00 a 22h:30 07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo III	Direitos Humanos e Policiamento comunitário: uma equação possível.
Ago./2014	06/08/2014 09/08/2014	15/08/2014 16/08/2014	19h:00 a 22h:30 07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo IV	Fundamentos de Gestão Pública
Set./2014	05/09/2014 06/09/2014	12/09/2014 13/09/2014	19h:00 a 22h:30 07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo IV	Instrumentos e práticas para o Gerenciamento da Polícia comunitária no Brasil, Geoprocessamento e Sensoriamento

					remoto: gestão racional em segurança Pública.
Out./2014	03/10/2014 04/10/2014	10/10/2014 11/10/2014	19h:00 a 22h:30 07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo IV	Gestão estratégica no contexto do Sistema único de Segurança Pública
Nov./2014	22/11/2014	22/11/2014	07h:30 às 12h:00 13h:00 as 17h:30	Módulo IV	Metodologia da Pesquisa Científica

Monografias e Certificação – Detalhamento da Execução em 2014 e 2015			
Mês/Ano	Data		Descrição Ação/Fase
	Início	Término	
Ago./2014	10/08/201	10/09/2014	Planejamento dos Projetos
Set./2014	10/09/201	30/09/2014	Escolha do Tema/Orientador do Projeto
Out./2014	01/10/201 4	30/02/2015	Orientação da Monografia
Out/Fev/20 14	01/10/201 4	30/02/2015	Leituras e correção Monografia
Out/Fev/20 14	01/10/201 4	30/02/2015	Confecção Monografia
Out/Fev/20 14	01/10/201 4	30/02/2015	Defesa das Monografias
Fev/Mar/20 14	30/02/201 5	30/03/2015	Certificação
Fev/Abr/20 14	30/02/201 5	30/04/2015	Certificação

12. Continuidade das ações

As ações do NUPEV/UFT não se esgotam com a realização do curso de pós-graduação *Lato Sensu*, ao contrário, elas se estendem em três dimensões: i. Fortalecimento da parceria com os órgãos de segurança pública; ii. Prestação de assessoria e consultoria na área de segurança pública e iii. Capacitação, treinamento e promoção de eventos de curta e média duração.

Essas três dimensões de atuação serão aprofundadas da seguinte forma

No campo das parcerias: iremos desenvolver com o 2ºBPM um trabalho de conservação da memória histórica da instituição policial, tendo em vista que ela possui um acervo documental que remete à década de 1930. No campo do ensino iremos propor, após a realização do curso de pós-graduação: 01 workshop e 01 curso curto de treinamento junto aos Conselhos Comunitários de Segurança Pública (CCSP) para que tanto os policiais como os

conselheiros comunitários possam coletar informações sobre as realidades socioeconômicas e ambientais das comunidades. Obtendo assim um panorama das demandas e dos problemas enfrentados pelas comunidades em que se localizam os CCSP.

No campo da extensão pretendemos propor aos órgãos de segurança pública, locais e estaduais a execução de palestras educativas e preventivas contra a violência; sobre cidadania direitos humanos, relações de gênero e outros temas fundamentais para o fortalecimento das relações sociais e humanas e da cidadania.

No tocante à assessoria e consultoria iremos auxiliar na elaboração do projeto do primeiro GGI do interior do Estado.

Por fim, no tocante à dimensão de capacitação, treinamento e eventos iremos propor, periodicamente, a realização de pelo menos 01 workshop, 01 treinamento de abordagem psicossocial e 01 evento de curta ou média duração.

Ações de caráter permanente, eventuais e periódicas que facilitam a introjecção daquelas atitudes e comportamentos fundamentais para a penetração cada vez maior da filosofia da policia comunitária em nossa sociedade tanto em Araguaína como no Estado como um todo. Essas são em linhas gerais as ações que pretendemos empreender para a continuidade das boas práticas que o curso de pós-graduação inicia e a Universidade e o NUPEV/UFT pretendem prolongar, gerando um efeito duradouro, constante e permanente na sociedade brasileira, tocantinense e araguainense.